

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

JÉSSILA DOS SANTOS BELO

A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” NA SOCIEDADE CAPITALISTA

MACEIÓ

2020

JÉSSILA DOS SANTOS BELO

A GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Serviço Social da Universidade
Federal de Alagoas como requisito para obtenção
do título de bacharela em Serviço Social

Orientador (a): Clarissa Tenório Maranhão Raposo

MACEIÓ
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO 3

Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Jéssila dos Santos Belo

Alunos/as concluintes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 20/07/2020

Título:

"A Gênese da Questão Social na Sociedade Capitalista"

Conceito: APROVADO

Banca Examinadora:

Clarissa Teodoro Maranhães Raposo

Professor orientador

Maria Alana T. Reis

Examinador 1

Edlene Pimentel Santos

Examinador 2

Edlene Pimentel Santos

Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso

Dedico este trabalho ao meu querido avô Francisco, cujo falecimento ocorreu durante o período de escrita. Obrigada por tudo. Amo-te sempre.

AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus por permitir a realização desse sonho e está comigo em toda a caminhada. Agradeço também a minha família; meus pais Gilson e Elinedja, e meus irmãos Jilton e Joyce, pelo apoio e incentivo. Obrigada pela paciência, pelo tempo dedicado à escuta, pelos investimentos financeiros, pois sem vocês eu não teria conseguido iniciar e nem concluir a graduação. Amo vocês de todo meu coração. Ao meu esposo Renato, por confiar em mim e ser meu porto seguro. Obrigada por me incentivar, orar e está presente nos momentos necessários, inclusive por quase sempre me levar e buscar na faculdade. Amo você. Não poderia deixar de agradecer as minhas companheiras de curso, Katiane e Renata, com vocês as angústias foram divididas, as alegrias compartilhadas e assim os meus dias se tornaram mais leves. Vocês foram essenciais nesse processo de formação. Obrigada por todo apoio, conversas, aprendizado. Verdadeiramente formamos o trio perfeito, como uma professora querida dizia: “o trio ternura”, que possui uma compatibilidade maravilhosa. Tantos foram os momentos vividos, que ficarão guardados em minha memória, as florzinhas que o Serviço Social me deu e a amizade que vou levar para vida. A Clarissa, minha orientadora, que me acompanhou a partir do segundo período, desde a monitoria, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Obrigada por todo conhecimento compartilhado, por me impulsionar a novos desafios e me orientar com paciência e responsabilidade. A todos os componentes do grupo de pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente por todas as discussões pertinentes às quais me fizeram adquirir conhecimento e crescimento na área da pesquisa. De forma geral, quero agradecer a todos os professores (as) e funcionários (as) da Faculdade de Serviço Social que contribuíram direta ou indiretamente com a minha formação acadêmica.

RESUMO

O presente estudo recupera o significado histórico-social da “questão social” inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Objetiva demonstrar que a contradição entre capital/ trabalho e a exploração constituem os fundamentos à apreensão da gênese da “questão social” e que seu fundamento teórico está contido na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Aborda o fenômeno do pauperismo como consequência da industrialização da Inglaterra no século XIX. Ressalta que a pauperização dos operários e sua luta por melhores condições de vida e trabalho, expressam a problemática que passa a ser denominada de “questão social”. Evidencia que na fase concorrencial do capitalismo o Estado Liberal não intervém diretamente sobre as expressões da “questão social”, que na maioria das vezes era tratada como caso de polícia e/ou ficava relegada a filantropia. Conclui que a “questão social” é produzida e reproduzida continuamente pelo desenvolvimento capitalista e sua supressão demanda a destruição da sociedade comandada pelo capital.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo Concorrencial. Exploração. Questão Social.

RESUMEN

El estudio presente recupera el significado histórico-social de la “cuestión social” inherente al desarrollo del modo de producción capitalista. Su objetivo es demostrar que la contradicción entre capital/trabajo y explotación constituyen los fundamentos para aprehender la génesis de la “cuestión social” y que su fundamento teórico está contenido en la Ley General de Acumulación Capitalista. Aborda el fenómeno del pauperismo, como consecuencia de la industrialización de Inglaterra en el siglo XIX. Él enfatiza que el empobrecimiento de los trabajadores y su lucha por mejores condiciones de vida y trabajo expresan el problema que ahora se llama la “cuestión social”. Muestra que en la etapa competitiva del capitalismo, el Estado liberal no interviene directamente en las expresiones del “cuestión social”, que en la mayoría de los casos fue tratado como un caso policial y/o la filantropía fue relegada. Concluye que la “cuestión social” es producida y reproducida continuamente por el desarrollo capitalista y su supresión exige la destrucción de la sociedad controlada por el capital.

PALABRAS CLAVE: Capitalismo Competitivo. Exploración. Cuestión Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DO SURGIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	8
2.1. A comunidade primitiva e os modos de produção feudal e escravista.....	10
2.2. A chamada acumulação primitiva e a origem do capitalismo.....	18
2.3. Cooperação, manufatura e grande indústria: o comando do capital sobre o processo de trabalho.....	23
3. AS RAÍZES HISTÓRICAS DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS PRIMEIRAS EXPRESSÕES NO CAPITALISMO	32
3.1. O modo de produção especificamente capitalista e a exploração da força de trabalho	33
3.2. A acumulação capitalista e a classe trabalhadora.....	38
3.3. A gênese da “questão social” e suas primeiras manifestações na sociedade capitalista	47
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Sob a influência da perspectiva crítica marxista, a “questão social” revela-se como uma problemática histórica, articulada ao desenvolvimento do capitalismo, donde esse desenvolvimento produz compulsoriamente diferentes manifestações da “questão social”. Seu surgimento está delimitado historicamente, e tem como marco a Primeira Revolução Industrial e as transformações ocorridas no processo de produção que repercutem diretamente sobre a vida da classe trabalhadora.

O interesse por essa temática surgiu a partir de estudos realizados inicialmente na monitoria da disciplina de Desenvolvimento Capitalista e Questão Social e posteriormente, por meio do projeto de pesquisa vinculado ao PIBIC (Programa de Iniciação Científica), intitulado, *A Questão Social contemporânea: Exploração e Superexploração da força de trabalho* que teve como objetivos, apreender o significado histórico da questão social, à luz da teoria do valor-trabalho em Marx, bem como, captar os nexos que articulam a exploração da força de trabalho ao processo de produção e reprodução da “questão social” no capitalismo. Partindo desse estudo, levantou-se o seguinte questionamento: como se dá o surgimento da “questão social” na sociedade capitalista?

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral apreender a gênese da “questão social” e suas primeiras expressões no marco da sociedade capitalista. Para tanto, faz-se necessário analisar os condicionantes históricos e sociais que propiciaram o surgimento do capitalismo. Assim, o estudo sobre o surgimento do modo de produção capitalista e de suas características principais, torna-se indispensável tendo em vista a apreensão das origens da “questão social” e de suas primeiras expressões no capitalismo.

No âmbito do Serviço Social, entendemos que o debate teórico e analítico da “questão social”, fundamentado na perspectiva marxista, adquire uma importância significativa, uma vez que no contexto da sociedade burguesa a “questão social” é desvinculada de sua historicidade e é constantemente naturalizada. Portanto, esta discussão torna-se relevante na medida em que poderá contribuir para o entendimento da “questão social” como resultante da exploração na sociedade capitalista, já que a busca dos fundamentos da crítica da economia política nos permite captar a sua essência.

Para atingir os objetivos expostos no presente estudo, utilizamos alguns procedimentos metodológicos, tais como: levantamento bibliográfico e fichamentos de alguns capítulos de *O capital*, de Karl Marx, além de outras obras de autores contemporâneos, que se fundamentam na perspectiva histórico-crítica da tradição marxista, tendo em vista a apreensão de categorias

essenciais ao conhecimento da gênese da “questão social” na sociedade capitalista. Cabe esclarecer que, embora Marx não utilize o termo “questão social” em seus escritos, eles são indispensáveis para entender a complexidade da sociedade capitalista, os mecanismos de exploração e a dinâmica de acumulação de capital que revelam as bases da “questão social”, tendo em vista que os seus pressupostos teóricos estão contidos na “Lei Geral de Acumulação Capitalista”.

Para fins deste estudo, o texto está estruturado em duas seções. Na primeira seção expõe as condições histórico-sociais necessárias ao surgimento do modo de produção capitalista. Logo, traz uma pequena síntese sobre a comunidade primitiva e os modos de produção na história escravista e feudal. Em seguida, resgata o processo histórico de acumulação primitiva de capital e as transformações que propiciaram a origem do capitalismo. E por fim, analisa como se deu gradativamente, o processo de subsunção do trabalho ao capital.

Na segunda seção, passaremos a analisar as raízes históricas da “questão social” e suas primeiras expressões na sociedade capitalista. Deste modo, inicialmente, abordaremos as características principais do modo de produção capitalista e o seu fundamento, a exploração da força de trabalho. Posteriormente, observaremos como a acumulação capitalista interfere sobre a vida da classe trabalhadora. E por fim, analisaremos a gênese da “questão social” e suas primeiras expressões no capitalismo concorrencial.

2. AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DO SURGIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 40). Ao analisarmos a história¹ da humanidade, observamos que após a dissolução da comunidade primitiva, a sociedade é permeada pela luta de classes, em que dominadores e dominados encontram-se em constante oposição. Desta forma,

“a moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado”. (MARX; ENGELS, 1998, p. 40).

¹ A história aparece aqui como a “história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através de sua autoatividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 50).

Ademais, podemos destacar que cada época histórica é marcada por um modo de produção dominante com suas leis específicas. No entanto, a transformação de um modo de produção em outro, pode ser ocasionada pela falta de correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Sobre isto Marx, (*apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 74) discorre que,

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.

Deste modo, entendemos que na mudança de um modo de produção para outro se configura um período de transição no qual podem confluir traços da ordem que está em dissolução com outros do novo modo de produção. Netto e Braz (2012, p. 74-75) afirmam que a análise histórica demonstra que nas sociedades que sucederam a comunidade primitiva, existindo sempre um modo de produção dominante, “ele subordina formas remanescentes de modos já substituídos, formas que apresentam como vestígios mais ou menos fortes do passado – podendo mesmo, em certos casos, ocorrer a combinação de formas de mais de um modo de produção numa sociedade determinada”.

Isto posto, podemos destacar que a análise da produção dos bens que atendem as necessidades dos membros da sociedade, não pode estar desvinculada da sua distribuição. Neste sentido, verificamos que a relação entre produção e distribuição é determinada pelo regime de propriedade dos meios de produção fundamentais. Logo, Netto e Braz (2012, p. 76) expõem que “se a propriedade é coletiva, a repartição tende a ser igualitária (é o que ocorreu na comunidade primitiva); se a propriedade é privada, tende a ser profundamente desigual (como nos modos de produção que se sucederam a partir da dissolução da comunidade primitiva)”.

Na esteira dessas reflexões, verificamos que o capitalismo corresponde a um estágio da evolução histórica da humanidade, que sucede a comunidade primitiva e os modos de

produção escravista e feudal, estabelecendo-se na Europa Ocidental a partir do século XVIII, tendo como pano de fundo as lutas sociais. À vista disto, é necessário examinar as condições históricas e sociais que propiciaram o surgimento da sociedade capitalista.

Para isto, é preciso admitir uma época anterior a sua existência, pré-capitalista ou de transição, onde se opera a acumulação primitiva (ou originária) de capital, que propicia as bases para o surgimento do modo de produção capitalista. Nela se efetua a separação dos produtores diretos e os meios de produção e conseqüentemente se tem a instituição do trabalho assalariado – como predominante. Torna-se necessário analisarmos esse processo histórico, pois, através dele pode-se captar a contradição entre capital e trabalho.

Prosseguindo, evidenciamos que no âmbito produtivo, foram necessários mais de dois séculos para que o capital conseguisse o controle do processo de trabalho, desenvolvendo-se inicialmente sob as duas formas históricas, a cooperação e a manufatura. A cooperação surge à base da fragmentação da pequena produção mercantil, sob ela alcança-se a economia do trabalho e o crescimento a produtividade.

A busca incessante por mais-valia faz com que os capitalistas não ampliem apenas as dimensões das empresas, como também aperfeiçoem os métodos de produção, empregando a divisão do trabalho ao processo produtivo. Com isto, processa-se a passagem da cooperação para a manufatura. É na manufatura que os operários vão se especializar no cumprimento de diferentes operações. Diante dessas duas formas históricas, ocorre paulatinamente a subsunção formal do trabalho ao capital.

O processo de expansão do mercado e ao mesmo tempo a busca dos capitalistas por mais-valia, encontram limites no trabalho manual e na técnica artesanal da manufatura. Deste modo, surge a necessidade econômica da passagem para a grande produção mecanizada. A Revolução Industrial opera-se inicialmente na Inglaterra e sua base material-técnica é a máquina. O emprego das máquinas revoluciona a produção em todos os ramos industriais. Portanto, é na grande indústria que se estabelece o modo de produção especificamente capitalista e nela se opera a subsunção real do trabalho ao capital.

Em suma, neste capítulo iremos analisar as condições históricas e sociais que propiciaram o surgimento do capitalismo, além de refletirmos como se dá o processo de subsunção do trabalho ao capital.

2.1. A comunidade primitiva e os modos de produção escravista e feudal

A comunidade primitiva perdurou por mais de 30 mil anos, os primeiros agrupamentos humanos habitaram diversas áreas sobre a terra, tendo seu aparecimento inicial às margens do rio Nilo e do Eufrates, na Índia e na China. (NETTO; BRAZ, 2012). Esses grupos experimentaram distintas fases de evolução social. Sumariamente, podemos destacar que nesse regime social imperava uma igualdade entre os membros, todos trabalhavam para garantir a sobrevivência coletiva – as relações sociais eram cooperativas – e a distribuição dos poucos frutos do trabalho era praticamente equitativa. Adquiriam sua alimentação através da caça, pesca e coleta de frutos e o nomadismo era predominante.

Com a revolução neolítica houve significativas alterações nas comunidades primitivas, visto que, a partir da domesticação de animais e o surgimento da agricultura o homem além de conseguir produzir os víveres para sua subsistência, pôde abandonar o nomadismo e se estabelecer em um território (sedentarismo). Segundo Mandel (1982, p. 17) a revolução neolítica veio atenuar

a dependência em relação as forças da natureza, em que se encontrava o homem primitivo. Permitiu a constituição de reservas de víveres, o que por seu turno tornou possível que certos elementos da comunidade se libertassem da necessidade de produzir a sua alimentação. Assim se pôde desenvolver uma certa *divisão econômica do trabalho*, uma especialização dos ofícios, que aumentou a produtividade do trabalho humano. (*Grifos do autor*).

Portanto, as técnicas incorporadas à agricultura e a produção de bens necessários à sobrevivência, ou seja, o desenvolvimento dos instrumentos de trabalho, das habilidades adquiridas pelos homens, a dominação, ainda que mínima, sobre a natureza etc., possibilitaram o aparecimento do excedente², ou sobreproduto do trabalho, sendo assim, ultrapassadas as necessidades imediatas de subsistência dos membros das comunidades.

O surgimento do sobreproduto do trabalho (excedente de produção) acarretou uma verdadeira transformação nas comunidades primitivas alterando radicalmente as relações sociais. Dado que os produtos do trabalho podem ser acumulados, alguns membros podem ser liberados para se dedicar a outras atividades, ocasionando uma maior divisão na distribuição do trabalho. Com isto, tem-se a possibilidade de exploração do homem pelo homem e conseqüentemente a divisão da sociedade em duas classes antagônicas, os que produzem os bens e os que se apropriam dos bens excedentes. À vista disto, a comunidade primitiva entra em dissolução, sendo substituída pelo escravismo.

² Baran e Sweezy (*apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 69) apresentam brevemente que excedente “é a diferença entre o que a sociedade produz e os custos dessa produção. O volume do excedente é um índice de produtividade e riqueza”.

Antes de prosseguir é necessário esclarecer que o surgimento do excedente de produção indica o desenvolvimento do processo de trabalho, pois, agora se produzia mais que as necessidades imediatas. Ora, a produção de bens é realizada através do processo que envolve os seguintes elementos, meios de produção e força de trabalho. Os meios de produção são constituídos pelos meios de trabalho, que são “tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho”; e os objetos de trabalho que são “tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano”. (NETTO; BRAZ, 2012, p.70).

Conforme Marx (1988, p. 135), por força de trabalho ou capacidade de trabalho “entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”. O conjunto desses dois elementos, meios de produção e força de trabalho, designa-se por forças produtivas.

O modo de produção³ escravista se estabeleceu no Ocidente por volta de 3.000 anos a.C. e teve vigência até o declínio do Império Romano. As principais sociedades escravistas foram a grega e a romana. Vale salientar que o escravismo não foi o único modo de produção dominante na Antiguidade, tem-se o desenvolvimento, especialmente no extremo Oriente, do modo de produção asiático⁴.

Até então, nas comunidades primitivas, os prisioneiros de guerra eram mortos pela falta de meios para subsistência. Foi através do aparecimento do excedente, ou seja, da possibilidade de se produzir mais do que era consumido, que se tornou viável explorar e escravizar os homens, assim, os perdedores das guerras eram forçados a trabalhar para os

³ Denomina-se modo de produção a articulação entre forças produtivas e relações de produção. (NETTO; BRAZ, 2012).

⁴ “As sociedades asiáticas, ou o modo de produção asiático, se desenvolveram a partir da descoberta da agricultura e da pecuária na região geográfica compreendida entre o Oriente Médio e a China e, também, nas civilizações Maia e Asteca nas Américas. Esse modo de produção é característico de regiões com densidade populacional elevada e onde o solo disponível para a agricultura é restrito. A produção adequada se revelou ser o cultivo de cereais em terrenos alagados, o que exigia enormes trabalhos para a construção de diques, represas e canais de irrigação. Isso propiciou um desenvolvimento mais lento das forças produtivas e fez com que as sociedades asiáticas chegassem ao século 20 praticamente como eram há milhares de anos atrás. Embora muito mais antigas que as sociedades escravistas, feudais e capitalistas, sua incapacidade de desenvolver rapidamente as forças produtivas colocou-se em enorme desvantagem frente ao capitalismo e, por isso, foram progressivamente destruídas à medida que a burguesia dominava o planeta”. (LESSA; TONET, 2011, p. 55).

ganhadores em troca de alimentos. Desta forma, constituem-se as classes sociais fundamentais⁵ do escravismo, senhores e escravos.

É necessário esclarecer que entre essas duas classes fundamentais, existiam os camponeses e homens livres – como os artesãos, por exemplo – e ainda subgrupos que serviam aos proprietários, vinculados a atividades administrativas e burocráticas – como os mercadores, coletores de impostos etc. – ou repressoras – aqueles que combatiam as revoltas dos escravos. (NETTO; BRAZ, 2012).

O escravismo estabeleceu a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do homem pelo homem, como aludimos. Em relação à comunidade primitiva esse modo de produção significou um avanço na história da humanidade, pois, proporcionou a variação da produção de bens e incentivou o comércio entre sociedades diferentes, através da produção de mercadorias⁶ (produção mercantil). (NETTO; BRAZ, 2012). Denota-se que no modo de produção escravista surgiram as primeiras formas políticas de regulação das relações antagônicas existentes entre as classes, que se denominará de Estado. Segundo Engels,

A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que é (...) o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre cidade e o campo como base de toda divisão social do trabalho e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor dos seus bens ainda depois de morto. (ENGELS *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 79).

Posto isto, Engels (*apud* NETTO; BRAZ, 2012) afirma que com o escravismo a humanidade adentra no período da civilização, abandonando a fase da antiga barbárie. Neste caso, o desenvolvimento se realiza numa constante contradição, pois, ele não se opera para toda a sociedade, ao contrário, o progresso para classe dominante significa retrocesso e mais degradação para a classe dominada, “cada benefício para uns é necessariamente um prejuízo para outros; cada grau de emancipação conseguido para uma classe é um novo elemento de opressão para a outra”. (ENGELS *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 80).

⁵ Segundo Netto e Braz (2012, p. 79) “as *classes sociais* são determinadas primariamente pela sua condição de proprietárias ou não dois meios de produção *fundamentais*; em cada modo de produção, há sempre classes fundamentais (aquelas em que se expressam as relações de produção características desse modo de produção) ao lado de outras, compondo a estrutura social das formações econômico-sociais”.

⁶ Consideramos aqui a definição de mercadoria utilizada por Netto e Braz (2012, p. 93), sendo ela um objeto externo ao homem, a “mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” – pois, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual, e é produzida para a troca, para a venda.

Nesse modo de produção o trabalho⁷ é realizado por meio da coerção direta e os produtos do trabalho são extraídos mediante a violência. Sendo assim, não interessava aos escravos o aumento da produtividade e constantemente se rebelavam contra as tarefas que lhes eram impostas, por isso, “durante o escravismo praticamente não ocorreu o desenvolvimento da técnica e dos métodos de organização da produção”. (LESSA; TONET, 2011, p. 57).

Para manter a submissão dos povos conquistados, a repressão dos escravos e as regalias dos grandes proprietários era necessário um grande excedente, contudo, “o trabalho monótono e de má vontade das hordas de escravos que a conquista proporcionava, mal podia sustentar o vasto edifício do domínio romano”. (EATON *apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 80).

O aumento das invasões do império, a revolta dos escravos e a crise política e militar que se aprofundavam, sinalizavam o declínio do modo de produção escravista. Deste modo, com a queda do Império Romano, “na metade inicial do primeiro milênio da nossa era” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 80) o escravismo desintegra-se.

Lessa e Tonet (2011, p. 59) afirmam que “sem a presença de uma classe revolucionária, a transição do escravismo ao feudalismo ocorreu de forma lenta e caótica, demorando mais de três séculos para se completar. E, apenas após esse longo período de tempo, consolidaram-se as características decisivas do feudalismo”.

O feudalismo se estruturou na Europa por volta do século XI e permaneceu até o último terço do segundo milênio da era cristã. O antigo comando imperial do escravismo é então substituído pela atomização dos feudos, unidades autossuficientes com economia essencialmente agrária que serviam de fortificações militares para a defesa. Cada feudo possuía uma área de terra variável e a produção realizada em seu interior era destinada ao autoconsumo, desta forma, “o estado feudal era praticamente completo em si – fabricava o que necessitava e consumia seus produtos”. (HUBERMAN, 1986, p. 17).

A terra arável era dividida em duas partes, uma do senhor feudal, que seria cultivada apenas para ele e a outra era repartida entre muitos arrendatários – chamados de servos –, que

⁷ Na concepção de Marx (1988, p. 142), “trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” No modo de produção capitalista, o trabalho é a unidade de dois aspectos, trabalho concreto (útil) que cria valores; e, trabalho abstrato que cria valor.

pagavam tributos e prestações para ocupá-la. Os servos trabalhavam no trato da terra, uns dias para si e outros para o senhor. A esse respeito Huberman (1986, p. 05) destaca,

O camponês vivia numa choça do tipo mais miserável. Trabalhando longa e arduamente em suas faixas de terra espalhadas (todas juntas, tinham, em média, uma extensão de 6 a 12 hectares, na Inglaterra, e 15 a 20, na França), conseguia arrancar do solo apenas o suficiente para uma vida miserável. Teria vivido melhor, não fora o fato de que, dois ou três dias por semana, tinha que trabalhar a terra do senhor, sem pagamento. Tampouco era esse o único trabalho a que estava obrigado. Quando havia pressa, como em época de colheita, tinha primeiro que segar o grão nas terras do senhor. (...) A propriedade do senhor tinha que ser arada primeiro, semeada primeiro e ceifada primeiro.

Não há dúvidas em relação à prioridade que as terras do senhor tinham sobre as do servo e da condição de exploração a que estes estavam submetidos, “não só pelo dever do trabalho nas terras do senhor, mais ainda por inúmeros tributos, inclusive o dízimo recolhido pela igreja” (NETTO; BRAZ, 2012 p. 81). Contudo, vale destacar que diferentemente dos escravos, os servos eram proprietários de seus instrumentos de trabalho e adquiriam seu sustento do que produziam nas glebas⁸ e terras comunais⁹.

A sociedade feudal estava dividida em duas classes fundamentais, senhores feudais e servos. A relação entre eles era estabelecida por meio de compromissos mútuos, os servos não podiam fazer com a terra o que quisessem, a posse implicava em deveres que tinham de ser cumpridos. Deste modo, enquanto os senhores feudais ofereciam proteção aos servos, estes lhes prestavam serviços. Sobre isto Huberman (1986, p. 15) discorre que “o clero e a nobreza constituíam as classes governantes. Controlavam a terra e o poder que delas provinha. A Igreja prestava ajuda espiritual, enquanto a nobreza, proteção militar. Em troca exigiam pagamentos das classes trabalhadoras, sob a forma de cultivo das terras”.

Vale salientar, que a igreja fazia parte do sistema feudal e detinha grande poder espiritual, era uma das maiores proprietárias de terras nesse período, pois, recebia várias doações que acresciam seu patrimônio. Desta maneira, nos primórdios do sistema feudal, a igreja foi um elemento dinâmico e progressista, “incentivou o ensino e fundou escolas, ajudou aos pobres, cuidou de crianças desamparadas em seus orfanatos e construiu hospitais para os doentes”. (HUBERMAN, 1986, p. 14).

Como já assinalado, no início do sistema feudal tudo que o povo necessitava – roupas, alimentos etc. – era fabricado nos feudos e o excedente produzido pelos servos era trocado

⁸ Parte da terra ocupada pelos servos. (NETTO; BRAZ, 2012).

⁹ Pastos, prados, bosques e baldios eram utilizados coletivamente. (HUBERMAN, 1986).

num mercado local e restrito. Todavia, com o advento das cruzadas¹⁰ o comércio adquire um novo ímpeto acarretando significativas alterações, pode-se observar que a produção de artigos, antes realizada em casa para atender apenas as necessidades domésticas, passa a ser efetuada para a venda.

Logo, “a unidade típica da Idade Média era a pequena oficina, tendo um mestre como empregador em pequena escala, trabalhando lado a lado de seus ajudantes”. (HUBERMAN, 1986, p. 54). O mestre artesão era dono tanto da matéria-prima quanto dos instrumentos de trabalho, assim, além de produzir a mercadoria, era ele quem a vendia no mercado – ele não vendia o trabalho e sim o produto do trabalho. É importante salientar que o surgimento das corporações advém da união dos trabalhadores que desenvolviam o mesmo ofício numa determinada cidade.

Já no âmbito econômico, a troca simples entre mercadorias, que antes era realizada sem a utilização do dinheiro, passou a sofrer mudanças. Sobre isto, Huberman (1986, p. 25) destaca,

Parece simples trocar cinco galões de vinho por um casaco, mas na realidade não era nada fácil. Era necessário procurar quem tivesse o produto desejado e quisesse trocá-lo. Introduza-se, porém, o dinheiro como meio de intercâmbio, e o que acontecerá? Dinheiro é aceitável por todos, não importa o que necessita na ocasião, porque pode ser trocado por qualquer coisa. Quando o dinheiro é largamente empregado, não é necessário carregar cinco galões de vinho pela redondeza, até encontrar alguém que queira vinho e tenha um casaco para trocar. Não; basta vender o vinho por dinheiro, e então, com esse dinheiro comprar um casaco.

Observa-se que a introdução do dinheiro facilita o intercâmbio entre as mercadorias. Sendo assim, é necessário ressaltar que no processo de circulação M – D – M (mercadoria – dinheiro – outra mercadoria), o produtor não tinha como objetivo final o dinheiro, ele era apenas um meio de troca e servia como intermediário entre mercadorias distintas.

O desenvolvimento do comércio a partir do século XIII provoca uma ruptura com a estrutura autárquica do feudo e impulsiona o crescimento das cidades. Com isto, podemos evidenciar o surgimento de uma nova classe, constituída pelos mercadores/ comerciantes, que viviam da compra e venda de mercadorias. A entrada dos comerciantes na circulação

¹⁰ É importante destacar que “do ponto de vista religioso, pouco duraram os resultados das cruzadas, já que os mulçumanos, oportunamente, retomaram o reino de Jerusalém. Do ponto de vista do comércio, entretanto, os resultados foram tremendamente importantes. Elas ajudaram a despertar a Europa de seu sono feudal, espalhando sacerdotes, guerreiros, trabalhadores e uma crescente classe de comerciantes por todo o continente; intensificaram a procura de mercadorias estrangeiras; arrebatarem a rota do Mediterrâneo das mãos dos mulçumanos e a converteram, outra vez, na maior rota entre o Oriente e o Ocidente, tal como antes”. (HUBERMAN, 1986, p. 21). Netto e Braz (2012, p. 81) indicam que “a primeira cruzada data do fim do século XI e a última, a sétima, de meados do século XIII”.

mercantil simples ocasiona uma mudança no processo de circulação que agora se expressa pela fórmula $D - M - D+$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido).

Vale acentuar que o comerciante não participava do processo produtivo, era apenas o intermediador entre o produtor direto e o comprador, comprava a mercadoria por um preço mais barato e a vendia mais caro. Deste modo, seu lucro advém da esfera da circulação, da diferença entre os preços de compra e venda das mercadorias. À vista disto uma nova forma de riqueza passa a ter relevância. Antes, a medida de riqueza era determinada pela quantidade de terras, agora, era estabelecida pela posse do dinheiro.

A partir do século XIV, inicia-se o processo de crise do sistema feudal que culminará no final do século XVIII, destacaremos, sumariamente, alguns fatores que contribuíram para isto. Primeiramente, a produção em que estava baseado o regime feudal encontra limites, tendo em vista que “as terras já cultivadas revelaram-se esgotadas e não havia recursos técnicos à época para recuperá-las, novas terras apresentavam resultados pobres e a necessária expansão dos cultivos fez-se à base da redução de áreas para a pecuária”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 83).

Ademais, o poder do Estado até então descentralizado, passa a ser centralizado com a formação dos Estados nacionais, através do surgimento do Estado absolutista. De início, este representou a resposta dos senhores feudais às revoltas empreendidas pelos servos – combatendo as mobilizações camponesas. Contudo, este Estado reduzirá o poder individual dos nobres, concentrando-o apenas nas mãos de um – o rei –, abrindo espaço para uma maior influência dos mercadores/ comerciantes – que se tornaram seus maiores financiadores. Assim Marx (*apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 85) expõe que o poder estatal centralizado procedente dos tempos da monarquia absoluta “serviu à nascente sociedade burguesa como uma arma poderosa em suas lutas contra o feudalismo”. Deste modo, o que era para ser um instrumento a serviço dos senhores feudais, – e serviu por um tempo determinado – contraditoriamente, colaborou para o colapso desse regime.

A Igreja Católica, grande símbolo do período feudal, também passa a ser questionada por novos valores e ideias advindos com o Renascimento. Acresce-se a isso a oposição realizada pela Reforma Protestante que propicia o enfraquecimento de sua influência e prestígio espiritual. Deste modo, a igreja vai perdendo o espaço e o poder que detinha nos primórdios do feudalismo. Além dos fatores mencionados, pode-se ainda considerar o fenômeno da peste negra que atingiu de forma devastadora a Europa e dizimou cerca de um quarto da população.

Desta forma, com a crise do feudalismo na Europa Ocidental a partir do século XIV, abre-se um longo período de transição para o estabelecimento do modo de produção capitalista. Baseado na produção de mercadorias para a obtenção de lucros, as bases do capitalismo se constituem ainda em sua fase de transição – a pré-história do modo de produção capitalista – a qual proporciona as condições necessárias para o seu aparecimento.

2.2. A chamada acumulação primitiva e a origem do capitalismo

Se estabelecermos uma periodização histórica para o desenvolvimento do capitalismo, primeiramente registraremos uma fase que se inicia com a acumulação primitiva e vai até o estabelecimento da manufatura (cobrindo o século XVI a meados do século XVIII), denominada de fase pré-capitalista¹¹. A partir da metade do século XVIII, devido a mudanças políticas (Revolução Burguesa) e técnicas (Revolução Industrial), o capitalismo ingressa numa nova fase, comumente conhecido como capitalismo concorrencial¹².

Pois bem, o surgimento do modo de produção capitalista demanda o estabelecimento de uma produção mercantil simples ampliada, com intensas atividades comerciais em que se tenha a generalização do dinheiro como meio de troca. Mas, vale ressaltar, que esses fatores não são suficientes para o aparecimento e desenvolvimento do capitalismo. Para tal, é necessário a existência de dois tipos de homens, um que dispõe de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e outro que possui apenas sua força de trabalho para vender. Isto resulta de um processo histórico que ocorreu no final do século XV a meados do século XVIII, denominado por Marx (1984) de acumulação primitiva (ou originária) de capital.

A acumulação primitiva de capital “resultou de um longo e diversificado processo de concentração de riqueza e de expropriação de muitos em benefícios de uns poucos” (FALCON; MOURA, 1989, p. 30). Processou-se em alguns países da Europa Ocidental, porém, foi na Inglaterra que ela se desenvolveu em sua forma mais “clássica” – e não por acaso, esse país foi pioneiro no desenvolvimento do capitalismo.

¹¹ Segundo Falcon e Moura (1989, p. 14) “a fase de transição da sociedade feudal à capitalista corresponde a fase final – ou de ‘crise geral’ – do feudalismo (...) pode-se dizer que esta é também a fase em que aparecem as formas históricas capitalistas, embora ainda sem o caráter dominante, o que justificaria, até certo ponto, a denominação de era pré-capitalista.”

¹² Abordaremos sobre o capitalismo concorrencial na seção seguinte.

Ela realizou-se de formas variadas, primeiramente, podemos destacar as transformações agrárias conhecidas como cercamentos ou *enclosures*. Os cercamentos ocorrem na Inglaterra a partir do século XVI, em decorrência do florescimento da indústria de lã, e resulta na expulsão violenta de milhares de camponeses das terras. Deste modo, os cercamentos suprimem as sobrevivências senhoriais e feudais ligadas ao trabalho e ocupações nas terras, expropriando rendeiros e outras categorias campesinas, liquidam-se os direitos coletivos sobre as terras, pastos e florestas, que são apropriadas pelos senhores, provocando a saída de grande parte dos camponeses. Assim, são formadas,

duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias [...] de um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. [...] Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. [Trata-se do] processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro os produtores diretos em trabalhadores assalariados. (MARX, 1984, p. 262).

Deste modo, verifica-se que aquele processo de expropriação implica diretamente na separação entre os meios de produção e os produtores diretos, acarretando a conversão destes em trabalhadores assalariados e na liberação de mão de obra livre para a indústria nascente. Neste sentido, pode-se afirmar que a acumulação primitiva de capital é responsável pela criação do trabalhador “livre”. Logo, com ela constitui-se a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista, a relação capital/trabalho. (NETTO; BRAZ, 2012).

O trabalhador agora “livre como os pássaros” (MARX, 1984) não tinha outra opção a não ser vender a sua força de trabalho para sobreviver. Contudo, a indústria nascente não era capaz de absorver todos os camponeses expulsos das terras e muitos deles não conseguiam se enquadrar as novas condições de produção. Consequentemente, muitos se transformaram em esmoleiros, assaltantes, vagabundos, por predisposição ou força das circunstâncias na maioria das vezes. Assim, surgiu na Europa Ocidental uma legislação sanguinária, no final do século XV e que perdurou por todo o século XVI, contra a vagabundagem. (MARX, 1984). Observa-se a hostilidade destas leis, por exemplo, na descrição trazida por Marx (1984, p. 276),

Elizabeth, 1572: Esmoleiros sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser duramente açoitados e terão a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos,

devem ser executados, caso ninguém os queira tomar a serviço por 2 anos; numa terceira incidência, serão executados sem perdão, como traidores do Estado. Estatutos análogos: 18 Elizabeth, c. 13 e ano de 1597.

Os antepassados da classe trabalhadora foram duramente reprimidos e castigados pela transformação que lhes foi imposta, enquadrados por “leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura”. (MARX, 1984, p. 277). Desta maneira, pode-se inferir que o estabelecimento do trabalho assalariado não ocorreu de maneira natural, mas por imposição, muitas vezes através da violência, aos que dependiam da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Ademais, neste momento histórico, foram implementadas outras leis, que de modo coercitivo, auxiliaram na intensa exploração da força de trabalho. Eram leis que buscavam assegurar o prolongamento da jornada de trabalho e determinar o valor máximo dos salários que deveriam ser pago aos trabalhadores. Conforme Marx (1984, p. 278),

Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o estatutário, porém, o recebimento de salários mais altos era punido mais duramente do que seu pagamento. Assim, o Estatuto dos Aprendizes de Elizabeth, nas sessões 18 e 19, impunha 10 dias de prisão para quem pagasse salário mais alto, em contraposição a 21 dias para quem os recebesse. Um estatuto de 1360 agravou as penas e até mesmo autorizava o patrão a recorrer à coação física para extorquir trabalho pela tarifa legal de salário. Todas as combinações, acordos, juramentos etc., pelos quais pedreiros e carpinteiros se vinculavam reciprocamente, foram declarados nulos e sem valor. Coalizão de trabalhadores é considerada crime grave, desde o século XIV até 1825.

Logo, observa-se que essas leis, além de punir aqueles que pagassem ou recebessem – em proporções diferenciadas – salários mais altos do que os estabelecidos, proibiam a organização política dos trabalhadores, tendo assim, uma importância significativa para a acumulação primitiva de capital.

De acordo com Marx (1984), além dos cercamentos das terras na Inglaterra, alguns fatores contribuíram para que a acumulação primitiva de capital se tornasse possível, dentre eles, “o roubo dos bens da Igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna” (p. 274-275).

Ademais, podemos destacar que a expansão marítima desencadeada nesta época favoreceu a acumulação primitiva de capital. No plano mercantil, a acumulação realizou-se inicialmente por meio de duas atitudes do comerciante europeu, a pirataria e o comércio, “o saque das colônias é a fonte mais imediata dessa acumulação, bastando recordar o saque espanhol na América e o inglês na Índia” (FALCON; MOURA, 1989, p. 19). Outra fonte de

acumulação foi o comércio realizado com o Oriente a procura de especiarias e com a África em busca de escravos, por exemplo, além da exploração das colônias. A respeito disso, Falcon e Moura (1989, p. 19) expõem que,

Possuindo a América terras e minas e sendo necessário reunir aí os fatores produtivos para dela obter mercadorias exportáveis, configuram-se as três outras formas assumidas pela acumulação primitiva no plano mercantil: a exploração das minas, a exploração agrícola através das plantações tropicais e, como condição de ambas, a exploração da mão de obra indígena ou importada.

Vale ressaltar que as várias atividades de exploração proporcionavam altos lucros aos comerciantes. Logo, as colônias eram obrigadas a manter relações exclusivas com as metrópoles, criando um verdadeiro sistema de acumulação exercido através do domínio, assim, a função principal da colônia era enriquecer a metrópole. Ora, o sistema colonial é “uma peça essencial do próprio ‘sistema mercantilista’”. (FALCON; MOURA, 1989, p. 20).

Devemos sublinhar que o mercantilismo era uma política econômica que priorizava o acúmulo de riquezas, especialmente metais preciosos, como ouro e prata. Nas palavras de Falcon e Moura (1989, p. 20),

O mercantilismo, como “política econômica de uma era de acumulação primitiva”, integra e coordena estes esforços de uma burguesia em expansão, garantindo-lhe privilégios, lucros, exclusividade, defendendo em suma, os níveis de renda, através da proteção estatal, e assegurando-lhe as bases políticas e institucionais para fazer valer os seus interesses materiais em relação não apenas à nobreza, mas principalmente em relação ao campesinato e aos artesãos, progressivamente reduzidos à condição de proletariado”.

Neste momento, é necessário esclarecer que no curso do período pré-capitalista observa-se o estabelecimento da burguesia – nascendo especialmente dos grupos mercantis que acumularam grandes capitais comerciais – como classe que tem o controle das principais atividades econômicas e se opõe a nobreza fundiária. A princípio ela se constitui como uma classe revolucionária¹³, em que seus interesses se conjugam com os da massa da população, “é a classe que tem por tarefa liberar as forças produtivas dos limites que lhes eram colocados

¹³ Marx e Engels (*apud* NETTO; BRAZ, 2012, p. 183 e 184) escreveram que “a burguesia, com seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais massivas e mais colossais do que todas as gerações passadas juntas. A subjugação das forças naturais, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, as ferrovias, o telégrafo eletrônico, o arroteamento de continentes inteiros, a canalização de rios, populações inteiras brotando do solo como por encanto – que século anterior teve ao menos um pressentimento de que estas forças produtivas estavam adormecidas no seio do trabalho social?”

pelas relações feudais de produção e seu específico regime de propriedade”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 183).

À época, a burguesia é uma classe que caminha em direção à construção de uma nova sociedade, conduzindo processos extremamente progressistas, como é o caso da expansão marítima já citada, que abriu novas rotas para o Oriente e nas Américas. Ela empreende uma série de revoltas, comumente conhecidas como revoluções burguesas, que por suas aspirações econômicas e sociais lutavam em detrimento do absolutismo, pois, embora fosse economicamente a classe dominante era subordinada política e juridicamente à monarquia e à igreja.

As revoluções burguesas aconteceram em várias localidades e em períodos distintos, destacam-se, todavia, a Revolução Puritana¹⁴ e Revolução Gloriosa¹⁵, ambas ocorridas na Inglaterra, no século XVII, bem como a Revolução Francesa¹⁶, que se processou na França, no século XVIII. Em geral, essas revoluções consolidam o poder econômico da burguesia e marcam sua ascensão ao poder político. Como expõe Santos (2012, p. 39),

As revoluções burguesas haviam, no entanto, deixado uma lição. Era evidente que em vez da ‘liberdade’ prometida ao povo que lutou pela causa da burguesia, apenas esta havia verdadeiramente ‘lucrado’ e, após conquistar o que queria, essa classe consolidou novas estruturas de dominação às quais submeteu a maioria da população.

Desta maneira, com o fim do regime absolutista a burguesia se constituiu como classe dominante, detentora do poder econômico e político, que se opôs ao proletariado. Após esse processo ela se converteu numa classe conservadora.

¹⁴ A revolução puritana ocorreu no período de 1642 a 1649. Em suma, é marcada pelo conflito existente entre o rei e o parlamento que sucede uma guerra civil entre os exércitos do rei (nobreza feudal, a igreja anglicana e a burguesia favorecida pelo rei) e do parlamento (burguesia excluída pela realeza e por proprietários de terra com mentalidade burguesa). Em 1º de janeiro de 1649, o rei Charles I foi acusado de “tirana e traidor” sendo decapitado, isto resulta no fim da monarquia e início da República na Inglaterra. Suas consequências principais são o início da República de Cromwell, que na prática foi autoritária e ditatorial.

¹⁵ Abarcando os anos de 1688 a 1689, a Revolução Gloriosa é marcada pelo conflito entre o rei e o parlamento. Resultou no fim da monarquia absolutista e o restabelecimento da monarquia parlamentar. Como consequências principais pode-se destacar o restabelecimento da monarquia parlamentar, que na prática representou a limitação do poder real e estabilidade política e econômica.

¹⁶ A revolução francesa foi o símbolo da destruição do absolutismo na França. Sumariamente, sua primeira fase é marcada pela tomada da Bastilha (1789), símbolo da queda da monarquia francesa, tem-se então a abolição dos privilégios feudais e a declaração de guerra à Áustria e Prússia. Sua segunda fase (1792-1795) consiste na ascensão dos jacobinos (liberais esquerdistas) ao poder liderados por Robespierre – o período de seu governo ficou conhecido como o TERROR pela quantidade de assassinatos e repressões ao grupo dos girondinos. Na terceira fase (1795-1799) Robespierre é executado e os girondinos retornam ao poder, implementando as ideias burguesas. Em 1799, Napoleão assume o poder iniciando a Era Napoleônica.

Pois bem, após apresentar os condicionantes históricos e sociais que propiciaram a separação do produtor direto dos meios de produção e a constituição das duas classes fundamentais (proletários e burgueses) do capitalismo, como também a ascensão da burguesia ao poder econômico e político. Vamos demonstrar com se dá progressivamente a subordinação do trabalho ao capital no processo de trabalho.

2.3. Cooperação, manufatura e grande indústria: o comando do capital sobre o processo de trabalho

Agora, atentando-se a esfera produtiva, observamos que no período de transição o capitalismo se desenvolveu sob duas formas históricas, a cooperação e a manufatura – considerando que foram necessários dois séculos (de meados do século XVI ao século XIX) para que o capital conseguisse o controle do processo de trabalho e se estabelecesse especificamente o modo de produção capitalista.

A princípio, é necessário esclarecer que a cooperação no processo de trabalho pode ser encontrada em outros momentos históricos, como observado na comunidade primitiva, por exemplo, que estava baseada na propriedade comum das condições de produção. Todavia, ela diferencia-se da cooperação capitalista. De acordo com Marx (1988, p. 252),

A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital. Historicamente, no entanto, ela se desenvolve em oposição à economia camponesa e ao exercício independente dos ofícios, possuindo este a forma corporativa ou não. Nesse confronto, a cooperação capitalista aparece não como forma histórica específica da cooperação, mas a cooperação mesma aparece como uma forma histórica peculiar do processo de produção capitalista que o distingue especificamente.

A partir disto, observamos que a cooperação apresenta-se como uma forma específica do processo de produção capitalista. Ela constitui o ponto de partida da produção capitalista ao reunir simultaneamente assalariados num mesmo processo de trabalho, que segundo Marx (1988, p. 252), “é a primeira modificação que o processo de trabalho real experimenta pela sua subordinação ao capital”.

Deste modo, primeiramente, os trabalhadores são reunidos num mesmo espaço físico sob o comando do mesmo capitalista e executam suas operações sob formas cooperativas. Neste sentido, a cooperação entre os trabalhadores proporciona o desenvolvimento da capacidade da espécie, já que “ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais”. (MARX, 1988, p. 249). É importante destacar que

nesta forma, não havia a separação entre funções intelectuais e manuais do trabalho, um mesmo indivíduo executava distintas operações. Marx (1988, p. 250) esclarece que,

Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição para a produção. (...) Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas.

Diante disto, podemos afirmar que a produção capitalista pressupõe o comando do capital sobre o trabalho, ou seja, a subordinação do trabalho ao capital é uma condição para a existência da produção especificamente capitalista. É necessário esclarecer que esse processo tem seus primeiros passos na cooperação e se consolida na grande indústria com a subsunção real do trabalho ao capital.

Vale salientar, que neste momento os trabalhadores ainda detinham o conhecimento e controle sobre as técnicas produtivas, mas, não mais do produto. Portanto “o fato de os trabalhadores deterem o conhecimento reduzia em muito o poder do capitalista, que deles dependia em larga escala”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 124-125).

Na busca por mais-valia, os capitalistas além de ampliar as dimensões das empresas, também aperfeiçoam os métodos de produção. A divisão do trabalho dentro das empresas foi um passo importante no desenvolvimento da produção capitalista. Com isto, processa-se a passagem da cooperação para a manufatura.

Constituindo-se numa forma de cooperação que “decompõe as diversas operações de origem artesanal” (SANTOS, 2012, p. 33), a manufatura predomina entre meados do século XVI e o último terço do século XVIII. Desta forma, além de reunir os trabalhadores assalariados em um único espaço físico, no período manufatureiro, estabelece-se uma divisão social do trabalho¹⁷ específica, a divisão capitalista do trabalho, que acarreta por um lado a especialização das atividades e em contrapartida a destruição dos saberes de ofício. Em consonância, Marx afirma (1988, p. 264) que,

¹⁷ Vale esclarecer que o crescimento da produtividade do trabalho surge vinculado a repartição do trabalho. Como afirmam Netto e Braz (2012, p. 71) “antes mesmo do aparecimento do excedente econômico, na comunidade primitiva diferenciaram-se as atividades de homens e mulheres – a divisão sexual é a primeira forma da repartição do trabalho; posteriormente, dividiu-se também o trabalho entre o artesanato e as ocupações agrícolas, num processo que, muito mais tarde, desembocaria na divisão entre cidade e campo e na grande clivagem entre atividades manuais e atividades intelectuais. Com efeito, à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (e, com ela, o volume do excedente), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros – instaurando a **divisão social do trabalho**, que avança tanto mais rapidamente quanto mais os bens produzidos, deixando o limite de autoconsumo das comunidades, destinam-se à troca” (grifos dos autores).

A manufatura propriamente dita não só submete ao comando à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. Ela aleija o trabalhador convertendo-o numa anomalia, ao fomentar artificialmente sua habilidade no pormenor mediante a repressão de um mundo de impulsos e capacidades produtivas.

Sendo assim, observa-se que a divisão social do trabalho no interior das unidades produtivas acarreta numa hierarquia entre os trabalhadores, já que de um lado propicia a alta especialização de uma pequena parte deles, enquanto de outro, desqualifica a maioria, que desenvolverá atividades simplificadas – surge então, a oportunidade para exploração da força de trabalho feminina e infantil¹⁸, pois, não se faz mais necessário o conhecimento técnico do conjunto das operações necessárias para a produção de certo bem.

Diferentemente da cooperação, em que cada trabalhador realizava toda a sequência de operações necessárias à criação do produto, na manufatura, cada trabalhador se especializa em apenas uma ou num pequeno número de operações. A especialização permite que o trabalhador execute sua operação mais depressa e melhor, já que não era mais necessário gastar certa quantidade de tempo para passar de uma operação para outra ou trocar de instrumentos. Castelo (2006, p. 51) esclarece que,

Antes, os trabalhadores encontravam-se dispersos em pequenas unidades de produção, de uma maneira quase autárquica. Cada trabalhador, individualmente, exercia múltiplas funções no interior do processo de produção. Agora, na manufatura, eis que surge a figura do trabalhador coletivo, que congrega as atividades dos trabalhadores parciais, concentrados em um mesmo espaço físico de produção. Todos os ganhos produtivos decorrentes da força social do trabalho, como a economia de tempo e de custos de produção das mercadorias, são apropriados livre e integralmente pelos capitalistas que, vale notar, não desembolsaram um níquel sequer por esta força cooperativa dos trabalhadores.

A partir disso, evidenciamos que diferente do produtor autônomo que produzia a mercadoria, aqui, ela só é produzida a partir do trabalho coletivo. Desta forma, em relação à

¹⁸ Em alguns dos relatos expostos por Marx (1988, p. 189) constata-se que “a metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, ‘crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas’. Das testemunhas inquiridas pelo comissário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6. A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, emprestado pelo fósforo. Dante sentiria nessa manufatura suas fantasias mais cruéis sobre o inferno ultrapassadas”.

cooperação, a manufatura avançou no sentido de que a divisão do trabalho permitiu uma redução na quantidade de tempo gasta numa determinada operação e elevou a produtividade, em contrapartida, a especialização acarretou na desvalorização da força de trabalho.

Cabe ressaltar que a divisão social do trabalho não se restringe apenas ao território nacional, onde se estabelecem ramos específicos de produção. Pois, com a ampliação do mercado mundial e o sistema colonial, a manufatura recebe um novo impulso, adquirindo desta forma, “rico material para a divisão social do trabalho dentro da sociedade”. (MARX, 1988, p. 265).

Neste período, processa-se a subsunção formal do trabalho ao capital, que na definição de Marx, apresenta-se como

A forma que se funda no sobrevalor absoluto, posto que só se diferencia formalmente dos modos de produção anteriores, sobre cuja base surge (ou é introduzida) diretamente, seja porque o produtor (producer) atue como empregador de si mesmo (self-employing) seja porque o produtor direto deva proporcionar trabalho excedente a outros. (MARX *apud* LUPERI, 2003, p. 13).

Esta subordinação é determinada pela expropriação das condições materiais de produção e subsistência do operário pelo capitalista, ou seja, o operário é submetido a essa condição de subordinação porque foi separado dos meios de produção e obrigado a vender a sua força de trabalho para adquirir os bens mínimos necessários para a sua subsistência. Deste modo, há uma alteração no comando do trabalho que passa a ser controlado e dirigido pelo capitalista e o trabalhador vincula-se formalmente ao capitalista através do contrato de trabalho, inicia assim a subordinação formal do trabalho ao capital.

Logo, podemos inferir que a subsunção formal do trabalho ao capital é estabelecida por uma relação de troca monetária, na qual o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista. E este, ao utilizá-la como uma mercadoria sua, adquire a mais-valia gerada por ela no processo produtivo. Isto é, o processo de trabalho subordinado aos ditames do capital transforma-se em processo de valorização deste, e o capitalista é quem comanda a exploração da força de trabalho alheia. Como expõe Marx (1988, p.273) a divisão do trabalho na manufatura, “cria novas condições para o domínio do capital sobre o trabalho. Por isso, se de um lado ela constitui um progresso histórico e um momento necessário no desenvolvimento econômico da sociedade, de outro lado é um instrumento de exploração civilizada e refinada”.

Desta forma, no período manufatureiro o operário era submetido a uma brutal exploração, uma vez que predominava a extensão da jornada de trabalho e baixos salários. Além disso, com o estabelecimento da divisão do trabalho, o aumento da produtividade

acarretava enormes desgastes físicos e até mesmo deformações no operário ocasionadas pela repetição permanente dos movimentos.

Pode-se destacar que a subsunção formal como forma geral de extração de mais-valia, a partir da expropriação do trabalho excedente, é específica de um período histórico, no qual predominava a extração da mais-valia absoluta¹⁹, que é realizada através da extensão da jornada de trabalho. Como exemplo disso, podemos mencionar que “na fábrica de papéis de paredes (...) os meses mais movimentados caem entre o começo de outubro e fim de abril. Durante esse período, o trabalho dura frequentemente e quase sem interrupção das 6 horas da manhã até às 10 da noite ou ainda mais tarde”. (MARX, 1988, p. 190). Logo, a extensão da jornada de trabalho foi uma estratégia utilizada pelo capitalista para adquirir mais-valia absoluta.

Visando a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias, no período manufatureiro, tem-se a introdução de máquinas no processo produtivo. Vale sublinhar que nesta época as máquinas eram utilizadas em “processos iniciais simples que têm de ser executados massivamente e com grande emprego da força” (MARX, 1988, p. 262). Portanto, na manufatura, a máquina desempenha apenas um papel secundário, sendo central o trabalhador coletivo²⁰. Como exemplos deste período, podemos citar a manufatura de papel que realizava “a trituração de trapos por meio de moinhos de papel” e a metalurgia que efetuava “a fragmentação de minérios por meio dos assim chamados moinhos de pilões”. (MARX, 1988, p. 262).

Contudo, apesar de todos os avanços instituídos, a base material manufatureira era limitada, como destaca Marx (1988),

Ao mesmo tempo, a manufatura nem podia apossar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em sua profundidade. (...) Sua própria base técnica estreita, ao atingir certo grau de desenvolvimento, entrou em contradição com as necessidades de produção que ela mesma criou. (...) Uma de suas obras mais completas foi a oficina para a produção dos próprios instrumentos de trabalho, nomeadamente também dos aparelhos mecânicos mais complicados que já começavam a ser aplicados. (...) Esse produto da divisão manufatureira do trabalho produziu, por sua vez – máquinas. Elas superam a atividade artesanal como princípio regulador da produção social. Assim, por um lado, é removido o motivo técnico de anexação do trabalhador a uma função parcial, por toda a vida. Por outro lado, caem as barreiras que o mesmo princípio impunha ao domínio do capital. (MARX, 1988, p. 275-276).

¹⁹ É necessário esclarecer que abordaremos mais detalhadamente sobre a mais-valia absoluta na próxima sessão.

²⁰ “Considera-se trabalhador coletivo a combinação de muitos trabalhadores parciais.” (Marx, 1988, p. 262).

Logo, o desenvolvimento das forças produtivas que ocorre sob a manufatura, não corresponde mais as relações de produção estabelecidas, gerando assim, as próprias contradições que a levam ao declínio. Tavares (2009) alerta que, essa forma de produção ainda não era suficiente para o propósito da acumulação e expansão, pois, o capital ainda não era força social dominante, para isto, era necessário que em vez dos trabalhadores usarem os meios de produção, estes deveriam usar a força de trabalho. “Esse processo se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria” (TAVARES, 2009, p. 10) onde o trabalhador passa a servir completamente ao capital.

Desta maneira, podemos afirmar que a manufatura preparou as condições necessárias para a transição à grande indústria, pois, a divisão do trabalho permitiu a simplificação de muitas operações, possibilitando a substituição de uma grande quantidade de mão de obra operária pela máquina. Ademais, a ampliação do mercado interno evidenciava que a manufatura, baseada numa técnica primitiva e no trabalho manual, não era capaz de atender a crescente procura por mercadorias. Assim, surgiu a necessidade econômica da passagem a grande produção mecanizada.

No final do século XVIII, devido ao contínuo progresso das forças produtivas e às transformações econômicas (Revolução Industrial), sociopolíticas e ideológicas (Revoluções Burguesas) ocorridas na sociedade, estabelece-se a fase concorrencial do capitalismo. Esta fase é marcada pelo predomínio das ideias liberais e nela opera-se a Primeira Revolução Industrial que se estende até meados do século XIX, tendo por base técnica o tear e a máquina a vapor. O surgimento da grande indústria provoca alterações na dinâmica de produção, que traz em si graves consequências para a vida dos operários.

A Primeira Revolução Industrial corresponde a um conjunto de mudanças que ocorreram não apenas nas indústrias, mas também nos transportes, no comércio etc. Em suma, representa o processo de mecanização das indústrias e a efetivação do modo de produção capitalista. Iniciada por volta de 1760, a Inglaterra foi a precursora nesse processo, devido a uma série de circunstâncias vinculadas à sua evolução política, social e econômica. A saber,

(...) na Inglaterra do século XVIII houve uma sensível *baixa de taxa de juros*, possibilitando a existência do dinheiro barato e com isso criando condições para o *investimento em larga escala* nos empreendimentos industriais, de rentabilidade mais demorada e menor. Convém acrescentar que a Inglaterra possuía um vasto *mercado colonial*, além de dependências indiretas (o império português e as pontas-de-lança no espanhol). O próprio *mercado interno* inglês aumenta rapidamente sua demanda. (FALCON; MOURA, 1989, p. 32).

Essas transformações impulsionam a Inglaterra buscar o aumento da produção. Logo, o interesse em ampliar os lucros e o crescimento da exportação de manufaturados acarreta uma explosão de inovações tecnológicas no final do século XVIII e início do século XIX, que modificam radicalmente a Inglaterra e depois grande parte do mundo.

É válido ressaltar que as primeiras fábricas têxteis, por exemplo, foram construídas nas proximidades do rio, porque suas máquinas eram movidas por meio de rodas hidráulicas. Com o desenvolvimento da produção fabril, uma das inovações mais importantes desse período foi o desenvolvimento da máquina a vapor. Assim:

Este grande acontecimento – a invenção da máquina a vapor – inaugurou a última fase mais decisiva da revolução industrial. Libertando-a de suas cadeias, o vapor possibilitou o desenvolvimento acelerado e gigantesco da produção industrial em larga escala. Ao contrário da energia hidráulica, que requeria a proximidade de cursos de água, a energia a vapor livrou a indústria das imposições geográficas e permitiu que se distanciasse dos recursos locais. Onde fosse possível adquirir carvão mineral a um preço razoável, instalava-se uma máquina a vapor. A Inglaterra possuía carvão mineral em abundância, cujo emprego no final do século XVIII destinava-se aos mais variados fins. Por outro lado, a construção de uma vasta rede de canais reduzia consideravelmente os custos de transporte do carvão, tornando-o mais barato: a Inglaterra transformou-se, assim, num país privilegiado com condições únicas para o crescimento da indústria. As máquinas já não precisavam ficar confinadas nos vales, à margem de rios caudalosos, onde haviam ensaiado seus primeiros passos. Tornou-se possível trazê-las para as proximidades dos mercados de onde provinham as matérias-primas e nos quais vendiam seus produtos, ou para as proximidades dos centros populacionais onde recrutavam mão de obra. A aglomeração das indústrias, erigidas uma ao lado da outra, deu origem às gigantescas cidades industriais, de aspecto enegrecido, com as máquinas a vapor despejando ininterruptamente densas nuvens de fumaça. (MANTOUX *apud* HUNT; SHERMAN, 2008, p. 56).

As gigantescas cidades que surgiram em consequência da Revolução Industrial, nas quais predominava o sistema fabril, modificou extremamente a fisionomia da Inglaterra. Essas transformações vinculadas ao crescimento acelerado da produtividade levaram este país à condição de potência hegemônica, tanto no plano econômico como no plano político do século XIX.

Com isto, verificamos que o processo de industrialização e o crescimento das cidades estão intrinsecamente interligados, pois com a Revolução Industrial grande parte da população migra para as cidades em busca de trabalho para sobreviver. Esse processo intensifica o consumo nas cidades o que propicia a procura por mercadorias e impulsiona a produção.

No âmbito da produção, verificamos que a inserção da máquina revoluciona o processo produtivo por inteiro, pois, se na manufatura o trabalho vivo era central, na grande

indústria isso vai sendo modificado a partir da constante substituição daquele pelas máquinas. Logo, a máquina aplicada à produção irá ocupar progressivamente o espaço da força de trabalho, que se torna cada vez mais dependente do capital. Assim, na grande indústria o trabalho se subordina realmente ao capital por meio do controle do processo de trabalho.

O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil, de aprender. (MARX; ENGELS, 1998, p. 72).

Portanto, observamos que na grande indústria reduz-se a necessidade de trabalho vivo, visto que, a máquina o substitui sem causar prejuízo algum ao processo produtivo. Neste momento, a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário e é controlada pela tecnologia da ciência. Multiplica-se a divisão do trabalho e “o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio trabalho”. (MARX, 1984, p. 17).

Desta maneira, pode-se inferir que a subsunção real do trabalho ao capital é decorrente do desenvolvimento tecnológico e inserção das máquinas no processo produtivo. Esses fatores ocasionam mudanças significativas nas condições de produção. Sendo assim, podemos destacar que o emprego das máquinas ocasiona um enorme crescimento da produtividade do trabalho e a redução do valor da mercadoria, já que ela possibilita que se produza mais em menos tempo. Contudo, essas vantagens não são utilizadas a serviço da humanidade, ao contrário, são apropriadas pelos capitalistas visando apenas ao crescimento dos seus lucros. Deste modo, a máquina, considerada em si mesma, é um meio para elevar a produtividade e diminuir o trabalho humano. Porém, na sociedade capitalista ela é utilizada como meio de intensificação da exploração do trabalhador.

Portanto, com o advento das máquinas instaura-se a produção especificamente capitalista, nesta há a subsunção real do trabalho ao capital, dado em que se acentua a divisão do trabalho e a desqualificação do trabalhador, este se converte apenas num acessório da máquina, nas palavras de Netto e Braz (2012, p. 125), na grande indústria “o capital subordina por inteiro o trabalho pelo controle do trabalho”. Logo, a subsunção real se expressa mediante a generalização da extração de mais-valia relativa²¹, através do uso das máquinas no processo de produção.

²¹ Abordaremos sobre a mais-valia relativa na próxima seção.

À vista disto, o capitalismo se estabelece como modo de produção dominante, uma vez que teve condições materiais para aumentar a produtividade e remover os entraves que a produção manufatureira impunha à extração de mais-valia e submeter o trabalhador por completo aos interesses do capital. Como afirma Marx (*apud* SOUZA; MELO; GOMES, 2012, p. 02), “com a subordinação real do trabalho ao capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalhador e na relação entre capitalista e operário”.

Na esteira dessas reflexões, Engels (2008, p. 64) denota que,

A divisão do trabalho, a utilização da força hidráulica, especialmente do vapor, e sobretudo a maquinaria, eis as três grandes alavancas com as quais, desde a metade do século passado, a indústria faz avançar o mundo. A pequena indústria criou a classe média, a grande indústria criou a classe operária e colocou uns poucos eleitos da classe média – mas o fez somente para, mais tarde, seguramente destroná-los. No entanto, é um fato inegável e facilmente explicável que a numerosa pequena burguesia dos ‘bons e velhos tempos’ foi destruída pela indústria e decomposta, por um lado, em ricos capitalistas e, por outro, em pobres operários.

Desta forma, depreende-se que o resultado imediato do estabelecimento da grande indústria é a criação do proletariado. E também, que desde a constituição da base urbano industrial do capitalismo, notamos o crescimento da riqueza e contraditoriamente o aumento exacerbado da pobreza. Logo,

tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. (NETTO, 2011, p. 153).

Sumariamente, constatamos que as condições histórico-sociais que propiciaram o surgimento do modo de produção capitalista, foram tecidas ainda no período de transição (fase pré-capitalista), no qual se operou a acumulação primitiva de capital, a saber, a acumulação de capital (concentração de riquezas), a liberação de mão de obra para a indústria nascente (instituição do trabalho assalariado) e a crescente divisão e especialização do trabalho que dá seus primeiros passos com a cooperação e se consolida na grande indústria. Essas condições constituíram as bases para o estabelecimento do modo de produção especificamente capitalista.

Além disso, observamos que foram necessários mais de dois séculos para que o capital conseguisse o controle do processo de trabalho. A princípio ele se desenvolveu a partir de

duas formas históricas, a cooperação e a manufatura. A cooperação permitiu a reunião dos trabalhadores em um único espaço e assim a realização de um trabalho simultâneo, nela o trabalhador ainda possuía o controle sobre o processo de trabalho e o produto final.

Com a passagem para a manufatura, a inserção da divisão do trabalho no processo produtivo permitiu a especialização das operações e o crescimento da produtividade do trabalho. No período manufatureiro, o trabalhador vai perdendo gradativamente o conhecimento sob a produção de certo bem e o capitalista começa a comandar o processo de trabalho. Desta maneira, inicia-se a subsunção formal do trabalho ao capital, permeada pela relação contratual entre capitalista e trabalhador, que propiciou a exploração da força de trabalho e a extração da mais-valia absoluta. No entanto, a base material limitada e o trabalho manual da manufatura, não eram capazes de atender as necessidades do mercado em expansão, deste modo, sucede a passagem para a grande indústria.

Podemos inferir que a introdução das máquinas no processo produtivo foi um elemento central para que o capital pudesse subsumir realmente o trabalho aos seus interesses – progressivamente o trabalhador vai perdendo espaço para as máquinas, tornando-se assim, apenas um acessório daquelas. Desta maneira, na grande indústria o trabalhador perde totalmente o controle sobre o processo de trabalho, assim verificamos a subsunção real do trabalho ao capital. Ademais, o período da grande indústria permite o aprofundamento da exploração da força de trabalho e a extração exacerbada de mais-valia. Isto posto, na próxima seção, veremos como ocorre a gênese da “questão social” no modo de produção capitalista.

3. AS RAÍZES HISTÓRICAS DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS PRIMEIRAS EXPRESSÕES NO CAPITALISMO

Já sabemos quais foram as condições históricas e sociais que propiciaram o surgimento da sociedade capitalista e como, gradativamente, dá-se a subordinação do trabalho ao capital no período da cooperação e manufatura até a sua subsunção real na grande indústria.

Pois bem, partindo daqueles pressupostos teóricos, nesta seção, veremos como se configura a produção especificamente capitalista e como é realizada a exploração da força de trabalho em seu interior. Assim, fundamentada na Lei Geral de Acumulação Capitalista observaremos como a acumulação se desenvolve sob as bases capitalistas e como sua

dinâmica incide sobre a classe trabalhadora. Ademais, investigaremos as raízes históricas da “questão social” e suas primeiras expressões no marco do capitalismo concorrencial.

3.1. O modo de produção especificamente capitalista e a exploração da força de trabalho

Observamos que o período denominado de acumulação primitiva de capital constituiu o ponto de partida para o surgimento da sociedade capitalista na medida em que implicou na convergência das condições que propiciaram o aparecimento deste modo de produção, a saber, a acumulação de capital, a liberação de mão de obra para a indústria nascente (trabalho assalariado) e o estabelecimento da crescente divisão e especialização do trabalho. Tal como afirma Marx (1984, p. 186), “com a acumulação do capital desenvolve-se, portanto, o modo de produção especificamente capitalista”.

Já no século XVIII, a produção mercantil simples dá lugar à produção mercantil capitalista. Esta consiste em um modo de produzir mercadorias, em que as relações sociais de produção baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado, distinguindo-se assim da produção mercantil simples, que se assentava no trabalho pessoal, onde os proprietários diretos – artesãos e camponeses – eram proprietários dos meios de produção.

A circulação mercantil capitalista pode ser indicada pela fórmula: $D - M - D'$ (dinheiro – mercadoria – dinheiro acrescido), nesta o dinheiro já não é mais um mero meio de troca – como na circulação mercantil simples – ele constitui os dois extremos do processo, o ponto de partida e o de chegada, havendo uma diferenciação quantitativa entre eles, “no final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo.” (MARX, 1988, p. 124). D' no final do processo é dinheiro originalmente adiantado + mais-valia (valor excedente), assim, “o valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.” (MARX, 1988, p. 124). Portanto, somente com a mudança do ciclo $M - D - M$ para $D - M - D'$, é que o dinheiro pode transformar-se em capital²².

²² Apesar de o dinheiro ser a primeira forma de aparição do capital, não se resume a ele. “(...) o dinheiro não é capital: é simplesmente uma das formas de sua existência. A natureza do capital é o valor, mas um valor mais desenvolvido. Dinheiro e mercadorias são formas de existência do capital, *formas funcionais* do capital.” (CARCANHOLO, 2011, p. 127).

Diferentemente da circulação mercantil simples, onde não há criação ou acréscimo de valor, e a acumulação do dinheiro é realizada por meio do entesouramento; é na circulação mercantil capitalista, em que há um incremento de valor na mercadoria que ocorre no processo produtivo. Porém, para que haja esse acréscimo de valor no âmbito da produção é necessário um “valor de uso cujo consumo deve revelar-se ao mesmo tempo como produção de valor e mais-valia.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 168). Esse valor de uso que é consumido no processo de produção e o que cria valor é a força de trabalho.

Neste sentido, Marx (*apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 169) afirma que “o único intercâmbio que permite ao dinheiro transformar-se em capital é o que estabelece o possuidor do dinheiro como possuidor da capacidade viva de trabalho, isto é o trabalhador.” Vimos que isto só foi possível com a concretização do processo de acumulação primitiva de capital, que ocasionou a separação entre as duas classes fundamentais do capitalismo, de um lado o proletariado, proprietário unicamente de sua força de trabalho, e de outro os capitalistas, proprietários dos meios de produção.

No processo de produção capitalista a força de trabalho (trabalho vivo), atua sobre os meios de produção (trabalho morto), criando uma nova mercadoria. Neste processo, os meios de produção apenas transferem valor à nova mercadoria, deste modo, seu valor não se altera, conservando-se nela. Já a força de trabalho, cria valor, agregando-o a mercadoria, pois, sua atividade é a “objetivação de tempo de trabalho novo em um valor de uso”. (ROSDOLSKY, 2001, p. 188). Assim, além de produzir um valor para sua própria reprodução, o equivalente ao salário; ela gera um valor a mais, a mais-valia apropriada pelo capitalista.

Logo, no capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca. Podemos considerá-la uma mercadoria especial, pois, é a única mercadoria que cria valor. Prosseguindo, Marx expõe que (*apud* ROSDOLSKY, 2001, p.187),

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho. [...] Se abstraímos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso. Deixa de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos trabalhadores neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. [...] Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis. (p.47).

Em concordância com o referido autor, podemos inferir que o que permite a troca de mercadorias, independentemente de seus valores de uso, é o equivalente que equipara todas elas, ou seja, o trabalho humano. Na sociedade mercantil capitalista o trabalho é a unidade de dois aspectos, trabalho concreto²³ (útil) que cria valores de uso e trabalho abstrato²⁴ que cria valor²⁵. Como afirma Carcanholo (2011, p. 39), o valor de troca da mercadoria “não é mais do que expressão, forma de manifestação do valor.” Assim, o valor de troca²⁶ da mercadoria é medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la.

É necessário destacar que no capitalismo a jornada de trabalho é dividida em dois momentos, um em que o trabalhador produz o valor necessário para sua sobrevivência – equivalente ao salário – denominado de tempo de trabalho necessário; e o outro em que produz um valor a mais, um valor excedente, a mais-valia, denominado de tempo de trabalho excedente. Por exemplo,

contratado o trabalhador por um salário diário de, digamos, R\$ 30,00 (expressão do valor real da mercadoria força de trabalho nas circunstâncias determinadas do contrato), a jornada estipulada pelo capitalista, só terá sentido para ele se, ao cabo dessa jornada, o trabalhador produzir um valor superior (excedente) ao equivalente àqueles R\$ 30,00; com efeito, o capitalista jamais contrataria um proletário para lhe restituir somente o valor expresso no salário: seria o mesmo que trocar seis por meia dúzia; assim, na jornada de trabalho, contém-se um tempo suplementar de trabalho, no qual o proletário produz um valor que excede o equivalente àqueles R\$ 30,00. É desse valor excedente (que se designa mais-valia) que o capitalista se apropria. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 114). (Grifos do autor).

Deste modo, ao ser utilizada a força de trabalho produz um valor maior do que custou. Vale esclarecer que o capitalista não deixa de pagar o salário ao trabalhador, porém, esse valor não corresponde ao valor que o trabalhador produziu durante toda a jornada de trabalho, que é bem maior do que lhe foi pago, pois, se “meia jornada de trabalho é suficiente para manter um trabalhador vivo durante uma jornada inteira, aparece a mais-valia do produto, já que o capitalista paga o

²³ O trabalho concreto (útil), “é conteúdo do trabalho mercantil e do trabalho em qualquer outra sociedade.” (CARCANHOLO, 2011, p. 41).

²⁴ “(...) a indiferenciação do trabalho, a dimensão abstrata do trabalho mercantil, é produto da realidade capitalista. Então, o trabalho abstrato é a forma social e histórica do trabalho na sociedade capitalista.” (CARCANHOLO, 2011, p. 42).

²⁵ Segundo Carcanholo (2011, p. 36), “o valor é, na realidade, a relação social mercantil *expressa* nas coisas produzidas pelo trabalho *como* uma propriedade (ou qualidade específica delas), propriedade que consiste num determinado poder de compra sobre as demais coisas.”

²⁶ “Valor de troca é a ‘relação quantitativa, a proporção na qual os valores de uso de uma espécie se trocam por valores de uso de outra espécie.’” (MARX *apud* CARCANHOLO, 2011 p. 30).

preço de meia jornada, enquanto o produto conserva, objetivado, o resultado de uma jornada inteira.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 183). Assim, o trabalhador é expropriado do excedente que produziu e este é apropriado pelo capitalista. Aí, reside a essência do modo de produção capitalista: a exploração da força de trabalho.

Como já analisamos anteriormente, na sociedade capitalista a força de trabalho é uma mercadoria que possui valor de uso e valor de troca. Seu valor não é definido pela capacidade do que ela pode produzir (valor de uso), mas é determinado pelos custos de sua produção, sendo assim, pelo tempo de trabalho socialmente necessário²⁷ para produzir os bens necessários à subsistência do trabalhador, para mantê-lo vivo e (re) produzi-lo como tal.

Com relação ao intercâmbio entre capital e força de trabalho, vale frisar que o capitalista ao comprar a força de trabalho, paga-lhe um salário, possuindo assim, o direito de utilizar seu valor de uso por um tempo determinado. Para o trabalhador, trata-se de um intercâmbio de equivalentes, já que a troca se dá entre força de trabalho por salário e seu objetivo é a satisfação de suas necessidades imediatas. O trabalhador,

(...) recebe dinheiro, é certo, mas como moeda, como meio que suprime a si próprio e desaparece. O que permuta, pois, não é o valor de troca, não é a riqueza, mas sim os meios de subsistência, bens necessários para manter sua vida, para satisfazer suas necessidades físicas, sociais etc.(MARX *apud* ROSDOLSKY, 2001, p.176).

Já para o capital, esse intercâmbio significa adquirir o próprio trabalho, valor de uso da mercadoria comprada (força de trabalho), que conserva e multiplica o capital. Neste caso, o intercâmbio é apenas aparente, pois, não se trocam equivalentes, já que o capitalista obtém mais valor do que aquilo que empregou no início. Desta forma, depreende-se que o intercâmbio entre capital e força de trabalho é mediado pelo dinheiro, que se expressa na forma de salário.

Na esteira destas reflexões, podemos afirmar que o intercâmbio entre o capitalista e o trabalhador, expressa uma contradição entre capital/trabalho, pois, o salário pago pelo capitalista ao trabalhador não corresponde ao que ele produziu. Desta forma, o capitalista, através da exploração da força de trabalho, expropria o trabalhador de seu trabalho excedente, apropriando-se da mais-valia produzida.

²⁷ Segundo Netto e Braz (2012, p. 101), “trabalho socialmente necessário é a quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a produção de uma mercadoria”.

Diferentemente dos outros modos de produção²⁸, em que a exploração era mais visível, no modo de produção capitalista, a exploração é mais sutil e oculta ao trabalhador, uma vez que na jornada de trabalho não existe uma divisão nítida entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Tal como afirmam Netto e Braz (2012):

O excedente lhe é extraído sem o recurso à violência extra-econômica; o contrato de trabalho implica que o produto do trabalho do trabalhador pertença ao capitalista. E a falsa noção de que o salário remunera todo o seu trabalho é reforçada [...] pelo fato de a jornada de trabalho ser contínua e de ele trabalhar com meios de produção que não lhe pertencem e num espaço físico que também é de propriedade do capitalista. Por isso a maioria dos operários *sente* a exploração – tratando-a como uma *injustiça* –, mas não alcança, na sua experiência cotidiana, a adequada compreensão dela. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 120-121). (Grifos do autor).

Corroborando com os referidos autores, importa-nos ressaltar que o capitalista, ao comprar a força de trabalho tem como objetivo principal, a valorização de seu capital, mediante a extração da mais-valia que equivale à parte do trabalho não pago ao trabalhador. Como a mais-valia é seu principal interesse, ele busca incessantemente maneiras para acrescê-la cada vez mais. Para isto, faz-se necessário aumentar o tempo da jornada de trabalho na qual ela é produzida, neste caso, o tempo de trabalho excedente ou como o denomina Marx (1988), o mais-trabalho. Uma das estratégias²⁹ utilizada pelos capitalistas para prolongar o mais-trabalho é a extensão da jornada de trabalho, sem a alteração do salário. Assim, o tempo de trabalho necessário continua o mesmo, enquanto se acresce o tempo de trabalho excedente, gerando assim uma mais-valia absoluta para o capitalista.

Outra forma de fazer com que isto aconteça é reduzir o tempo de trabalho necessário em relação ao tempo de trabalho excedente. Neste caso, não há alteração na duração da jornada de trabalho e sim uma alteração na proporção entre o mais-trabalho e trabalho necessário, tendo uma redução do último em razão do prolongamento do primeiro. Desta maneira, o capitalista adquire uma mais-valia relativa. Assim,

[...] A redução do tempo de trabalho necessário implica que se reduza o valor da força de trabalho, ou seja, que caia o valor dos bens necessários à sua reprodução (alimentação, vestuário, habitação etc.); esse resultado se obtém com a redução do tempo de trabalho necessário à produção dos bens consumidos pelos trabalhadores, mediante a introdução de inovações tecnológicas e o aproveitamento das conquistas

²⁸ A saber, pois, “tanto no caso do escravo como no do servo, a apropriação do excedente que produziam era assegurada pelo uso da violência extra-econômica.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 120).

²⁹ Na próxima seção, abordaremos os reflexos dessas estratégias, utilizadas pelo capitalista para o acréscimo de sua mais-valia, na vida dos trabalhadores.

científicas na sua elaboração. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas, potenciando a produtividade do trabalho, contribui para o aumento do tempo de trabalho excedente sem ampliação da jornada – e contribui, pois, para o acréscimo do excedente apropriado pelo capitalista. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 123).

Diante do exposto, depreende-se que o modo de produção capitalista fundamenta-se na exploração da força de trabalho, sem a qual não seria possível a acumulação de capital. Portanto, é através da exploração que o capitalista usurpa parte do valor produzido pelo trabalhador. Com efeito, quanto maior o desejo de acumulação, maior será a sua mais-valia, e maior a exploração da força de trabalho. Logo, através do movimento do capital e apropriação do trabalho excedente, sob a forma de mais-valia, reproduzem-se, também, em escala ampliada, as condições de exploração ou da reprodução da riqueza do trabalhador como riqueza alheia.

Tendo exposto algumas premissas teóricas, resta-nos agora apreender como funciona a dinâmica de acumulação capitalista e como o processo de industrialização afeta a classe trabalhadora, considerando o marco histórico da Revolução Industrial.

3.2. A acumulação capitalista e a classe trabalhadora

No contexto da sociedade capitalista, vimos como o processo produtivo se complexifica a partir da introdução da máquina em seu interior, reduzindo cada vez mais a necessidade do trabalho vivo. Por conseguinte, observaremos como se dá a dinâmica de acumulação ou reprodução ampliada³⁰ de capital e qual o seu reflexo para a classe trabalhadora.

Denomina-se acumulação de capital “a aplicação de mais-valia como capital ou a retransformação de mais-valia em capital” (MARX, 1984, p. 163). Cumpre-nos enfatizar que a acumulação de capital só pode ser realizada mediante a exploração da força de trabalho, por meio da extração do trabalho não pago do trabalhador, ou seja, a mais-valia.

Netto (2012, p. 149), afirma que “na sociedade fundada no MPC a produção é também reprodução – vale dizer: enquanto processo que deve dispor de continuidade, a produção traz consigo elementos que, ao final de cada fase produtiva, lhe permitem reiniciar-se.” Assim, ao final do processo produtivo estão postas as condições para que a produção tenha continuidade.

³⁰ A forma típica da reprodução no modo de produção capitalista é a reprodução ampliada (ou alargada). Nela, apenas uma parte da mais-valia apropriada pelo capitalista é empregada para cobrir seus gastos pessoais; outra parte é reconvertida em capital, isto é, utilizada para ampliar a escala da sua produção de mercadorias (aquisição de máquinas novas, contratação de mais força de trabalho etc.).

Deste modo, a produção capitalista determina a forma de sua reprodução, esta se realiza de forma ampliada. Em outros termos, a reprodução ampliada é a forma específica da reprodução no modo de produção capitalista, nela, somente uma parte da mais-valia adquirida pelo capitalista é destinada para consumo pessoal, a outra parte é reconvertida em capital.

É válido esclarecer que aqui não há apenas a produção e reprodução de mercadorias e mais-valia, mas também, a produção e reprodução das relações sociais desiguais. Portanto, no capitalismo reitera-se a relação que põe capitalistas de um lado, como donos dos meios de produção e trabalhadores assalariados de outro, como possuidores unicamente de sua força de trabalho. Como assinala Marx (1984, p. 188), “a reprodução em escala ampliada ou a acumulação reproduz a relação capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste polo, mais assalariados naquele”.

Pois bem, no capítulo XXIII de *O Capital* (A Lei Geral da Acumulação Capitalista), Marx (1984) analisa a acumulação sob duas perspectivas. Na primeira, supondo que a composição do capital³¹ se mantivesse constante poderia ocorrer uma demanda crescente de força de trabalho com a acumulação. Vejamos,

Como o capital produz anualmente uma mais-valia, da qual parte é adicionada anualmente ao capital original, como esse incremento mesmo cresce anualmente com o tamanho crescente do capital já em função e como, finalmente, sob o aguilhão particular do impulso ao enriquecimento, por exemplo a abertura de novos mercados, (...) a escala da acumulação é subitamente ampliável mediante mera repartição modificada da mais-valia ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades de acumulação do capital podem superar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam. (MARX, 1984, p. 188)

Neste contexto, diante das necessidades de acumulação do capital pode haver um crescimento na demanda por força de trabalho, e com isso uma elevação salarial. Porém, é necessário esclarecer que esta elevação está condicionada a acumulação capitalista. Logo, a ascendência dos salários só é tolerada até o ponto em que não entram a acumulação de capital. Quando essa elevação interfere na acumulação de capital, os salários caem para que ela volte a crescer novamente.

Desta maneira, podemos entender que os salários são regulados pela alta ou baixa da acumulação. E, a elevação dos salários representa “no melhor dos casos, apenas uma diminuição quantitativa do trabalho não-pago que o trabalhador tem de prestar. Essa

³¹ Para expressar a correlação entre a composição-valor e a composição técnica do capital Marx (1984, p. 187) chama “a composição valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital.

diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema”. (MARX, 1984, p. 192). Assim,

A lei da acumulação capitalista, mistificada em Lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés da riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (MARX, 1984, p. 193).

Desta maneira, entende-se que a finalidade da sociedade capitalista não é a plena realização do ser humano como tal, satisfação de suas necessidades físicas, espirituais e sociais, nem a promoção de seu bem-estar. Mas, ao comprar a força de trabalho o objetivo central do capitalista, como já mencionamos, é a valorização de seu capital.

Não sendo o trabalhador proprietário dos meios de produção, depende da venda de sua força de trabalho a outrem – capitalista, detentor dos meios de produção – para sobreviver, logo ele é dependente da relação capital/trabalho para se reproduzir. Para manter-se vivo o trabalhador necessita periodicamente reiterar esse processo de venda. E seu salário sempre será um *quantum* menor do que ele produziu. Como expõe Marx (1984, 191-192),

Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável. As condições de sua venda quer sejam mais quer sejam menos favoráveis para o trabalhador, incluem, portanto, a necessidade de sua contínua revenda e a contínua reprodução ampliada da riqueza como capital. O salário, como se viu, condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado quantum de trabalho não pago por parte do trabalhador.

Sendo assim, mesmo que os trabalhadores experimentem períodos de prosperidade, com melhores condições de vida e trabalho, disponham de mais direitos etc., isto não modifica a essência do modo de produção capitalista, a saber, a exploração da força de trabalho³² – a condição de trabalhador assalariado corresponde que sempre parte do trabalho realizado pelo trabalhador lhe será usurpada, sendo apropriada pelo capitalista, como trabalho não pago, a mais-valia.

³² A exemplo disto podemos citar a pauperização relativa da classe trabalhadora que “pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total de valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas”. (NETTO, 2012, p. 148).

Em suma, nesse primeiro modelo de acumulação, Marx (1984) pressupõe um aumento da demanda de trabalho ocasionada pela produtividade constante, no qual pode haver ou não um aumento salarial, dependendo da população disponível. Neste caso, ele expõe como ocorre um ajuste entre a demanda e oferta de trabalho e a dinâmica de acumulação.

Prosseguindo, no segundo momento da análise, o supracitado autor constata que com o progresso da acumulação e de sua concentração há um decréscimo relativo da parte variável do capital³³. Tendo em vista o crescimento da acumulação, interessa aos capitalistas a incorporação de inovações tecnológicas³⁴ ao processo produtivo, pois, ocasiona o crescimento da produtividade do trabalho e a tendência é a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias – pode-se produzir mais em menos tempo. À vista disso, “o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”. (MARX, 1984, p. 194). Desta forma,

(...) o volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho neles incorporada expressa a crescente produtividade do trabalho. O acréscimo desta última aparece, portanto, no decréscimo da massa de trabalho proporcionalmente à massa de meios de produção movimentados por ela ou no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos. (MARX, 1984, p. 194)

Desta forma, o progresso da produtividade do trabalho ocasiona uma mudança na composição técnica do capital³⁵, cresce a massa dos meios de produção em detrimento do decréscimo da massa de força de trabalho. Este processo, conseqüentemente afeta a composição-valor do capital³⁶, pois, passa-se a investir mais em capital constante³⁷ e menos em capital variável. Como afirma Marx,

³³ Parte do capital investida na compra da força de trabalho. (NETTO, 2012).

³⁴ Vale ressaltar que “(...) o progresso técnico é fator de extrema importância exatamente por proporcionar a diminuição da *quantidade de horas de trabalho necessário* por dia.” (SANTOS, 2012, p. 27). Porém, este não é o objetivo da produção capitalista, pois sua intenção não é a satisfação das necessidades humanas e sim a obtenção de mais-valia que é produzida no tempo de trabalho excedente.

³⁵ Na perspectiva da matéria “(...) como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego.” (MARX, 1984, p. 187). Denominada por Marx (1984) de composição técnica do capital.

³⁶ Na perspectiva do valor a composição do capital “(...) é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários.” (MARX, 1984, p. 187). Denominada por Marx (1985) de composição-valor do capital.

³⁷ Parte do capital investida na compra dos meios de produção. (NETTO, 2012).

(...) Essa lei do crescente aumento da parte constante do capital em relação à parte variável é confirmada a cada passo (...) pela análise comparativa dos preços das mercadorias, quer comparemos diferentes épocas econômicas de uma única nação ou nações diferentes na mesma época. A grandeza relativa do elemento do preço, que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação. (MARX, 1984, p. 194).

Deste modo, pode-se afirmar que com o progresso da acumulação, cresce também o valor do capital constante e em contrapartida se tem um decréscimo no valor do capital variável. Logo, uma vez que o crescimento da produtividade do trabalho, propiciado pela incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais na produção, permite aos trabalhadores produzirem mais em menos tempo, a tendência é a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, ampliando simultaneamente, o tempo de trabalho excedente.

Sinteticamente, no segundo modelo, Marx (1984) analisa o que acontece quando a crescente produtividade do trabalho social se transforma “na mais poderosa alavanca da acumulação” (MARX, 1984, p. 194). O aumento da produtividade do trabalho contribui para o crescimento da acumulação de capital e conseqüentemente ocasiona uma mudança na composição orgânica do capital, o aumento do capital constante em relação à diminuição do capital variável.

A acumulação de capital se apresenta como uma necessidade para os capitalistas em face da concorrência, determinando sua permanência no mercado. Desta forma, cada capitalista com seu capital individual, busca expandir sua produção para acumular cada vez mais. À vista disso, finalizado o processo produtivo e com a nova mercadoria (M')³⁸, sendo esta vendida na esfera da circulação, o capitalista adquire a mais-valia. Esta mais-valia não pode ser totalmente gasta em consumo pessoal por ele, se não, a produção seria efetuada sobre as mesmas bases do circuito anterior, sendo realizada apenas a reprodução simples. Conseqüentemente, seus negócios não se expandiriam e diante da concorrência e iria à falência. Como vimos, apenas uma parte da mais-valia é destinada para gastos pessoais, a

³⁸ Esquemáticamente “(...) o capitalista, dispondo de uma soma de dinheiro (D), compra mercadorias (M) – máquinas, instalações, matérias (brutas e primas) e força de trabalho – e, fazendo atuar, com a ajuda das máquinas e dos instrumentos, a força de trabalho sobre as matérias no processo de produção (P), obtém mercadorias (M') que vende por uma soma de dinheiro superior à que investiu (D’). (NETTO, 2012, p. 109).

outra parte é reconvertida em capital. Em relação a isso Nikitin (*apud* NETTO, 2012, p. 139), expõe que

houve um aumento da produção e um acúmulo do volume de mais-valia porque uma parte da mais-valia obtida no primeiro momento foi convertida em capital. Assim, pois, a mais-valia é uma fonte de acumulação de capital. A capitalização, isto é: a adição de mais-valia ao capital, permite ao capitalista aumentar cada vez mais o seu capital.

Logo, para se produzir mais mais-valia é necessário cada vez mais capital. Assim, grandes capitalistas acumulam uma massa cada vez maior de capital, por isso, a tendência do capital a concentrar-se. Como destaca Marx (1984, p. 196),

Todo capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção com comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação. Ela amplia, com a massa multiplicada da riqueza, que funciona como capital, sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base da produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais. (...) Com a acumulação do capital, cresce portanto, em maior ou menor proporção, o número dos capitalistas.

Dois destaques devem ser feitos em relação à concentração de capital, primeiro, a crescente concentração nas mãos dos capitais individuais dos meios de produção é restringida pelo grau da riqueza social. Segundo, o capital social está repartido entre muitos capitalistas que se defrontam como concorrentes. Desta maneira, “se a acumulação se apresenta, por um lado, como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, por outro lado ela aparece como repulsão recíproca entre muitos capitalistas individuais”. (MARX, 1984, p. 196).

Outra tendência do movimento do capital é o processo de centralização³⁹. Neste, diferentemente da concentração, há um aumento do capital em função da união de vários outros já existentes – por meio de cartéis, trustes e a formação de holdings. Nas palavras de Marx (1984, p. 196),

(...) É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em capitais maiores. Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas divisão alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, seu campo de ação não estando, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se expande aqui numa

³⁹ Vale esclarecer que o processo de centralização pode ser observado especialmente no capitalismo monopolista, momento em que a concentração e centralização confluem formando os grandes monopólios. Devido aos objetivos deste trabalho não abordaremos sobre essa fase aqui.

mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração.

Neste sentido, ao recuperar a análise marxiana sobre os processos de concentração e centralização de capitais, observamos que eles contribuem para alteração na composição orgânica do capital, acarretando o aumento do capital constante e conseqüentemente o decréscimo do capital variável. Logo, na fase concorrencial do capitalismo, com o avanço da acumulação, a demanda por máquinas, matérias primas, instrumentos, etc. torna-se maior do que a demanda por força de trabalho. Assim, como diz Marx (1984):

Esse decréscimo relativo de sua componente variável acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente as necessidades de aproveitamento por parte do capital." (p. 199).

Deste modo, cabe-nos salientar que a alteração operada na composição orgânica do capital traz implicações diretas para a demanda de trabalho, já que, tem-se um crescimento absoluto da população trabalhadora e contraditoriamente uma redução dos seus meios de ocupação. Logo, a acumulação capitalista gera uma superpopulação relativa, ou seja, uma população trabalhadora “adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital”. (MARX, 1984, p. 199).

É importante destacar que “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios da sua própria redundância relativa” (MARX, 1984, p. 200), desta forma, ironicamente, a classe trabalhadora cria as condições de sua própria dominação.

A superpopulação relativa pode existir em variadas formas e “todo trabalhador faz parte dela durante o tempo em que está desocupado parcial ou inteiramente”. (MARX, 1984, p. 206). De modo contínuo ela existe em três formas principais: a flutuante⁴⁰, latente⁴¹ e estagnada⁴². Sobre a superpopulação relativa, Marx (1984, p. 2) afirma que,

⁴⁰ A primeira forma, a flutuante é “constituída pelos trabalhadores que, nos grandes centros industriais e mineiros, ora estão empregados, ora estão desempregados”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 147).

⁴¹ A latente, “existe nas áreas rurais quando nelas se desenvolvem relações capitalistas e que, surgindo a oportunidade, acaba por migrar para as zonas industriais”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 147)

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado á sua própria custa.

Logo, observamos que a superpopulação relativa é produto da dinâmica de acumulação do capital, pois ela deriva da reprodução ampliada (acumulação). A “reprodução ampliada é, pois, reprodução do exército industrial de reserva”. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 146). Conforme isto, depreende-se que a constituição do exército industrial de reserva é resultante da dinâmica histórico concreta do capitalismo. Embora não seja um produto da intenção consciente dos capitalistas, o contingente de trabalhadores excedentes desempenha um papel importante para consecução de seus objetivos.

Pois, oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento para atender a demandas de empreendimentos capitalistas temporários; acirra a concorrência entre os trabalhadores, fazendo com que os trabalhadores ocupados se sujeitem ao sobretrabalho; além de interferir na regulação dos salários, pressionando-os para um nível inferior. Desta maneira, nota-se que o exército industrial de reserva é funcional a lógica do capital.

Nesta direção, podemos apreender que o desemprego massivo, além de ser consequência do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção estabelecidas no capitalismo, é funcional a este modo de produção.

Em síntese, Marx (1985, p. 209) expõe que,

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista.

⁴² A terceira forma, a estagnada, é composta por trabalhadores que nunca conseguem um emprego fixo e vagueiam entre uma ocupação e outras.

Desta maneira, podemos destacar o caráter revolucionário do capitalismo, pois, diferentemente dos modos de produção anteriores, neste há um grande desenvolvimento das forças produtivas e um aumento da produção da riqueza social. Nas palavras de Santos e Costa (2002, p. 21) “a dimensão positiva do capitalismo reside no revolucionamento constante das forças produtivas, permitindo criar uma massa de bens e serviços capaz de responder a todas as necessidades da sociedade numa dinâmica constante da universalização”.

No entanto, contraditoriamente, observamos que da mesma razão em que há um crescimento da riqueza social, há também o crescimento do proletariado e do exército industrial de reserva. Sendo assim, enquanto a riqueza concentra-se cada vez mais nas mãos de um número menor de pessoas, a pobreza atinge a maioria da população. À vista disto, no período da maquinaria os trabalhadores descobrem

O mistério de como é possível que, na mesma medida em que trabalham mais, produzam mais riqueza alheia, de como a força produtiva de seu trabalho pode aumentar ao mesmo tempo que sua função como meio de valorização do capital se torna cada vez mais precária para eles; tão logo descobrem que o grau de intensidade da concorrência entre eles mesmos depende inteiramente da pressão exercida pela superpopulação relativa.

Portanto, percebemos que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais pobre ele fica. A Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1984), expressa a contradição existente neste modo de produção, ao evidenciar o caráter antagônico da acumulação, pois, enquanto em um polo se gera a riqueza da classe dominante, no outro, conseqüentemente, produz-se a pobreza da classe trabalhadora, ou seja, reproduz-se uma acumulação de miséria relativa à acumulação do capital.

Desta maneira, podemos inferir que a pobreza no capitalismo é inerente ao sistema de acumulação e esta é indissociável desse modo de produção. Dito de outra maneira, a reprodução em escala ampliada reproduz a relação capital/trabalho também em escala ampliada, onde de um lado o polo da riqueza e em outro o polo da pobreza são partes integrantes do mesmo processo.

Sumariamente, ao recuperar a análise marxiana sobre as tendências históricas expressas na Lei Geral de Acumulação Capitalista, evidenciamos que o aumento da produtividade do trabalho, gerado pelo investimento em capital constante (principalmente máquinas) revela-nos a tendência à diminuição do tempo de trabalho necessário e ao mesmo tempo, uma ampliação do trabalho excedente.

A reprodução ampliada, própria do modo de produção capitalista demanda cada vez mais o aumento de capital investido no processo produtivo para a elevação da mais-valia. Assim, grandes capitalistas acumulam uma massa cada vez maior de capital. Logo, expressa-se a tendência do capital em concentrar-se. A dinâmica capitalista revela outra tendência, a centralização, distinta da concentração, onde o aumento do capital se dá através da fusão de outros capitais, ou seja, pela união de capitais já existentes. Esses dois processos, contribuem para a alteração na composição orgânica do capital – o aumento do capital constante e diminuição do capital variável.

A alteração na composição orgânica do capital traz implicações diretas para a demanda de trabalho, já que se tem um crescimento absoluto da população trabalhadora e contraditoriamente a redução dos seus postos de trabalho. Diante disto, depreende-se que a constituição do exército industrial de reserva é resultante da dinâmica histórico concreta do capitalismo. Embora não seja um produto consciente dos capitalistas, o contingente de trabalhadores excedentes desempenha um papel importante para a consecução dos seus objetivos. Como vimos, o exército industrial de reserva é funcional a lógica capitalista.

Por fim, a Lei Geral de Acumulação Capitalista nos revela o caráter antagônico da acumulação, já que ao mesmo tempo em que produz a riqueza da classe dominante, contraditoriamente, gera a pobreza da classe trabalhadora. Logo, a pobreza é intrínseca ao modo de produção capitalista.

Ademais, tendo exposto alguns pressupostos teóricos, em seguida, abordaremos os principais condicionantes histórico-sociais necessários à apreensão da gênese da “questão social” sob a égide do modo de produção capitalista e suas primeiras expressões na sociedade capitalista.

3.3. A gênese da “questão social” e suas primeiras manifestações na sociedade capitalista

Até aqui, já sabemos que o modo de produção capitalista fundamenta-se na propriedade privada e na exploração da força de trabalho. Vimos também, baseados nos escritos de Marx (1984), como a acumulação de capital interfere decisivamente sobre a vida da classe trabalhadora. Pois bem, a partir desses pressupostos teóricos analisaremos a gênese histórica que marcou as origens da “questão social”.

Entendemos que “questão social”,

(...) não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO *apud* NETTO, 2011, p.17).

Historicamente, a gênese da “questão social” dá-se por volta de 1830 – destaca-se que este dado histórico é praticamente consensual entre as literaturas que tratam dos fenômenos do pauperismo e da luta do proletariado contra a burguesia. O termo é de origem liberal e de acordo com Castel (*apud* PIMENTEL, 2016, p. 2),

Surge pela primeira vez no jornal legitimista francês *La Quotidienne*, em 1831, onde se acusava o governo, chamando a atenção para os parlamentares no sentido de que era preciso entender que além dos limites do poder, isto é, fora do campo político, existia uma ‘questão social’ carente de resposta, já que ela representava uma ameaça a ordem estabelecida.

Segundo Pimentel (2016, p. 3), a “questão social” configura-se a partir de três dimensões essenciais, a saber, “suas raízes materiais e seu fundamento teórico, contidos na Lei Geral de Acumulação Capitalista; sua dimensão política, que diz respeito à organização e luta dos trabalhadores; a intervenção do Estado, que depende da fase do desenvolvimento capitalista que este experimenta”. Adiante, analisaremos como se constituem tais dimensões.

Como vimos, no final do século XVIII, com as devidas transformações ocorridas na sociedade, estabelece-se a fase concorrencial do capitalismo. Nesta época, se opera a Primeira Revolução Industrial que se estende até meados do século XIX, tendo por base técnica, o tear e a máquina a vapor. O surgimento da grande indústria provoca alterações na dinâmica de produção, que traz em si graves consequências para a vida dos operários.

Ao serem expulsos das terras⁴³, muitos dos camponeses migraram para as cidades a fim de garantir a sua sobrevivência, contudo, nem todos eram absorvidos pelas fábricas, e mesmo aqueles que conseguiam emprego, viviam em condições degradantes. Ao analisar a situação do operariado na Inglaterra, Engels (2008), traz evidências empíricas sobre a condição de vida e trabalho desta classe, e constata que nesse período, as grandes cidades eram habitadas majoritariamente por operários que nada tinham além do salário para sobreviver. Em suas palavras,

⁴³ Isto ocorre com o processo de cercamentos das terras realizado na Inglaterra, exposto anteriormente.

Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres, seus habitantes são confinados em um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, num único cômodo vive uma família inteira; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo à ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. (p. 115).

Neste sentido, pode-se afirmar que a precariedade das condições de moradia e de trabalho complementa o quadro das mais significativas expressões da “questão social”, no período de seu surgimento. Além das condições precárias de moradia, estes operários vivenciavam constantemente, o risco do desemprego, equivalente ao medo de morrer de fome.

Naquele período, era frequente o trabalho de mulheres e crianças⁴⁴ nas indústrias, por elas apresentarem menos resistência à dinâmica dos novos processos de trabalho, e por ser vantajoso para superar as pequenas crises que ocasionavam a queda da taxa de lucro. E mais, o ingresso de toda família no mercado de trabalho acarreta uma desvalorização do valor da força de trabalho, pois, à medida que a maquinaria lança mulheres e crianças nas indústrias, divide o valor da força de trabalho que era apenas do homem para toda a sua família. Conforme Marx (1984, p. 23),

a compra de uma família parcelada, por exemplo, em 4 forças de trabalho, custa, talvez, mais do que anteriormente a compra da força de trabalho do cabeça da família, mas, em compensação, surgem 4 jornadas de trabalho no lugar de uma, e o preço delas cai proporcionalmente ao excedente de mais-trabalho dos quatro em relação ao mais-trabalho de um.

Desta maneira, podemos inferir que no período da grande indústria com a inserção de mulheres e crianças no mercado de trabalho, tem-se a ampliação da exploração da força de trabalho, não só do trabalhador, mas de toda a sua família, resultando no aumento da mais-valia adquirida pelo capitalista. Em um dos relatos apresentados em seu livro, Marx (1988) expõe,

Wilhelm Wood, 9 anos de idade, tinha 7 anos e 10 meses quando começou a trabalhar. ‘Desde o começo ele levava a peça modelada à câmara de secagem e trazia de volta depois a fôrma vazia. Chega todos os dias da semana às 6 horas da manhã e pára por volta das 9 horas da noite.’ ‘Eu trabalho todos os dias da semana até as 9 horas da noite. Assim, por exemplo, durante as últimas 7 a 8 semanas.’ Portanto, 15 horas de trabalho para uma criança de 7 anos! (MARX, 1988, p.188).

⁴⁴ Santos (2012, p. 36) expõe que “no caso inglês, mais da metade dos trabalhadores dos engenhos de algodão entre 1834 e 1847 era de mulheres e crianças também do sexo feminino.”

A partir deste exemplo podemos observar que as crianças eram inseridas na dinâmica das fábricas muito novas e eram submetidas às mesmas jornadas de trabalho que um adulto. Desta forma, mediante as necessidades de valorização do capital, homens, mulheres e crianças eram submetidos a extensas jornadas de trabalho, com a intenção de que utilizassem ao máximo as máquinas, que podiam entrar em obsolescência mais rapidamente, devido ao avanço tecnológico. Assim, eram impostas aos trabalhadores jornadas em média de 16 horas, em distintos turnos de trabalho; o ritmo e a intensidade do trabalho eram ditados pelas máquinas e supervisionados por capatazes.

As extensas jornadas de trabalho a que os operários estavam submetidos, dentre outros fatores como, os locais inapropriados de trabalho, a usurpação dos horários para descanso, alimentação, lazer etc., repercutiam diretamente em sua degradação física e mental, no processo de adoecimento, tortura do sobretrabalho e até diminuição do tempo útil de vida deste trabalhador, significando a sua morte prematura, dentre outras.

[...] J. Leach declara: ‘No inverno passado’ (1862) ‘de 19 moças, 6 deixaram de vir em conseqüência das doenças provocadas por excesso de trabalho. Para mantê-las acordadas, preciso gritar-lhes’. W. Duff: ‘As crianças não podiam, frequentemente devido ao cansaço, manter-se de olhos abertos, na realidade nós mesmos quase não o conseguimos.’ T. Lightbourne: ‘ Eu tenho 13 anos . [...] No último inverno trabalhávamos até 9 horas da noite e no inverno anterior, até às 10 horas. No inverno passado, eu costumava gritar quase todas as noites devido à dor causada pelos meus pés feridos.’ (MARX, 1988, p.190).

Desta maneira, percebe-se que pela primeira vez na história, têm-se altas taxas de mortalidade por exaustão de trabalho, e em contrapartida um alto desenvolvimento das forças produtivas, posto pelo progresso científico como possibilidade de diminuir o tempo de trabalho necessário e conjuntamente aumentar o volume da produção.

Assim, como se pode ver, o processo de industrialização impacta fortemente a população trabalhadora e resulta na pauperização absoluta desta classe, constituindo-se dessa forma, na consequência mais imediata do estabelecimento do capitalismo em sua fase concorrencial.

O pauperismo da classe trabalhadora traz consigo uma nova dinâmica, diferente da pobreza apresentada nas sociedades precedentes ao capitalismo, pois, esta pobreza não estaria ligada à escassez e ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, já que na sociedade capitalista há uma larga produção de bens materiais. A escassez no capitalismo é um produto social, resultante da contradição entre “as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as

relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada de sua destinação)” (NETTO, 2006, p. 158).

Desta forma, não estamos anulando o fato de que existiam pobreza e desigualdade nas sociedades precedentes, contudo, a diferença está, que no capitalismo elas são socialmente produzidas, pois, nesse modo de produção há um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas que permitiria a redução da escassez ou até mesmo a sua supressão. Assim, a escassez produzida no capitalismo, é consequência das relações sociais estabelecidas nesse modo de produção, já que nesta sociedade a riqueza socialmente produzida é apropriada de forma privada.

Logo, pode-se dizer que o empobrecimento do trabalhador e sua alienação diante da riqueza social produzida por ele, são características fundamentais “da consolidação de seu maior instrumento de acumulação privada, a grande indústria moderna”. (MARANHÃO, 2008, p. 21).

No capítulo XXIII de *O capital*, Marx (1984) evidencia, através das mudanças ocorridas na composição orgânica do capital – em que ocorre a constante desvalorização da força de trabalho, mediante a incorporação de maquinários e técnicas à produção – a transformação do trabalhador em força de trabalho excedente. Portanto, as determinações para a ampliação do desemprego e da pauperização dos trabalhadores, estão contidas nesta lei.

Dito isto, podemos inferir que o fenômeno do desemprego e a pauperização da classe trabalhadora – expressões da “questão social” – são partes constitutivas do capitalismo, já que este modo de produção baseia-se na exploração e acumulação privada da riqueza socialmente produzida.

Logo, fundamentados na Lei Geral de Acumulação Capitalista, podemos entender que a “questão social” é indissociável do capitalismo e que a contradição entre capital/trabalho é inerente à dinâmica de acumulação capitalista. Tal como afirma Netto (2011, p. 45): “a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração”.

Portanto, em concordância com Pimentel (2016) podemos afirmar que a base material da “questão social” encontra-se no processo de acumulação capitalista, que em seu caráter antagônico gera acumulação de riqueza para a classe dominante e contraditoriamente “acumulação de miséria, tormento do trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1984, p. 210), a classe trabalhadora.

Por conta do pauperismo e das péssimas condições de vida e de trabalho a que eram submetidos, os operários começaram a se revoltar, criando assim, formas de resistência. Desta forma se manifesta a “dimensão política” da “questão social”. As primeiras manifestações contra a exploração capitalista ocorreram bem antes de 1830 e não chegavam a colocar a sociabilidade capitalista em questão, representando para as classes dominantes apenas ameaças esporádicas. Como exemplo, podemos citar o movimento ludita de destruição das máquinas.

Ocorrendo na primeira década do século XIX, o ludismo consistia num movimento de trabalhadores que unidos destruíam as máquinas industriais. Conforme Santos (2012, p. 40), esse movimento ainda “não atesta a consciência de classe ‘para si’ já que era incapaz de mirar o alvo correto, ou seja, de captar que atingindo as máquinas não atingiam seu verdadeiro opositor: o capitalista”.

Com a intensificação da exploração, outras formas de organização e de disseminação das lutas operárias foram se desenvolvendo, como os sindicatos, a imprensa operária, manifestações públicas, e as greves gerais. Como expõe Castelo (2006, p. 59), as funções dos sindicatos eram “negociação salarial em massa, fixar pisos mínimos para os salários, regular o salário em razão do lucro patronal, obter aumentos salariais nos momentos de crescimento econômico e criar uma espécie de piso salarial nacional para todas as categorias”. Diante disso, observamos que a luta sindical era limitada, pois, estava restrita a pequenas causas cotidianas. E as greves organizadas pelos operários contra seus patrões, neste período, ainda não englobavam “a unidade da luta e consciência de classe” (CASTELO, 2006, p. 59).

Nesse contexto, vale destacar o cartismo, movimento que ocorreu entre 1839 e 1847, que realizou muitas manifestações de massas e recolheu mais de três mil assinaturas de apoio à Carta do Povo, “um documento político que tinha seis pontos, dentre os mais significativos, o sufrágio universal masculino, remuneração aos parlamentares, votação secreta e eleição anual para o Parlamento”. (CASTELO, 2006, p. 66). Dentre as “conquistas” que esse movimento obteve, podemos citar a regulamentação da jornada de trabalho para 10 horas.

Antes do seu declínio, em 1848, o movimento cartista já estava dividido em duas correntes, a moderada e a radical. A primeira acreditava que a boa retórica convenceria a burguesia, que seria movida por um sentimentalismo, a apoiar as reivindicações dos operários. Já a corrente mais radical,

defensora das manifestações de rua, greves gerais e confrontos diretos com a burguesia industrial – somente a partir dos enfrentamentos políticos, ou mesmo dos

combates armados, dependendo das circunstâncias, os trabalhadores fariam impor seus interesses de classe” (CASTELO, 2006, p. 66).

As greves e passeatas, organizadas pela corrente radical foram duramente combatidas pelo governo britânico, nas palavras de Castelo (2006, p. 67) “a força moral foi combatida com força física, e perdeu. A crítica das armas calou a arma da crítica”.

Castelo (2006) afirma que Marx e Engels se identificavam com a ala mais radical. No Manifesto do Partido Comunista (1998), eles teorizaram uma nova forma de luta e organização do operariado europeu, apresentavam “um movimento auto-organizado das massas proletárias, um partido de classe que luta politicamente contra a dominação do comitê executivo estatal e socialmente contra a propriedade privada burguesa – o comunismo proletário”. (CASTELO, 2006, p. 67). Logo, o movimento operário deveria lutar pelos interesses da imensa maioria e seu objetivo final seria a abolição da propriedade privada.

Antes de prosseguir, é importante destacar que entre os anos de 1845 e 1846, tem-se uma péssima colheita no campo, o que contribuiu para o desencadeamento de uma crise econômica, tanto no setor agrícola quanto industrial. Com isto, o aumento do custo de vida, devido ao alto preço dos alimentos, a fome e o desemprego assolavam a grande maioria da população. O clima de insatisfação crescia entre o povo, propiciando assim, as revoluções de 1848, que se espalharam por toda a Europa, iniciando na Sicília e depois se estendendo para a Hungria, Alemanha e Áustria. Vale ressaltar que a revolução de 1848,

(...) é um divisor de águas na constituição da ‘questão social’. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada ‘abolida para nove décimos’ da população. (MARX *apud* SANTOS 2012, p. 43).

A partir das lutas de 1848 fica evidente que a “questão social” é resultante do processo de exploração da força de trabalho no modo de produção capitalista. Observam-se as alterações nas formas de resistência do proletariado, que se reconhecendo como classe, enxerga a necessidade de seu posicionamento político no enfrentamento das condições a que estava submetido. Pela primeira vez na história, os trabalhadores lutam pela extinção da propriedade privada, apresentando uma ameaça real a ordem do capital. Santos (2012, p. 30) afirma que,

(...) as lutas de classe são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado

o processo de produção de riqueza e, com a mesma intensidade, privatizado o seu resultado final.

Isso posto, podemos afirmar que a luta da classe trabalhadora é um dos fatores determinantes para o surgimento da “questão social”. Desta forma, não apenas a escassez produzida socialmente expressa a “questão social”, mas também os desdobramentos sociopolíticos vinculam-se a ela. Depreende-se então que as lutas de classes, em sua dimensão política, são constitutivas da “questão social” e expõem a contradição entre capital/trabalho.

Em suma, na fase concorrencial do capitalismo, devido ao processo de industrialização, evidencia-se a pauperização absoluta dos operários. Assim, nesta fase de desenvolvimento capitalista “tem-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera aqui como gênese da ‘questão social’”. (SANTOS, 2012, p. 28).

Além disso, é necessário destacar que no capitalismo concorrencial, sob a influência do liberalismo, o mercado seria o autorregulador das relações econômicas e sociais, garantindo a liberdade individual. Deste modo, o Estado não deveria intervir diretamente na economia tendo a função de resguardar a propriedade privada, propiciar as condições externas para a acumulação capitalista e agir em situações emergenciais.

Como evidencia Netto (2011, p. 29), “a ‘questão social’, por regra geral, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital”. Desta maneira, nesta fase não foram desenvolvidas políticas sociais, e frequentemente as expressões da “questão social” foram tratadas como caso de polícia, já que o proletariado era visto como classe perigosa.

Sob o discurso liberal, através de uma perspectiva moralizante, a assistência provocaria o ócio e a preguiça, portanto, deveria ser abolida, “ou garantida apenas para os pobres incapazes de manter sua sobrevivência pelo trabalho: crianças, idosos e deficientes”. (BOSCHETTI, 1999, p. 68). Desta forma, neste período há uma ausência de garantias assistenciais aos trabalhadores e a assistência fica relegada à filantropia.

A igreja católica⁴⁵ foi uma das primeiras instituições a intervir sobre as expressões da “questão social”, a partir de um caráter moralizador, visava à recuperação e melhoria da classe trabalhadora. Segundo Castel (*apud* SANTOS; COSTA, 2002, p. 23) “ela atuará no

⁴⁵ É válido esclarecer que as ações caritativas da Igreja Católica vem desde antes do modo de produção capitalista, com a criação de várias a Leis dos Pobres: Vitoriana e Elizabetana. No capitalismo, ela passará por uma investigação para se adequar ao novo modo de produção: a Nova lei dos Pobres com as *Works houses*.

espaço que se abrirá entre a recusa do Estado em assumi-la e a incapacidade das chamadas ‘classes inferiores’ de decidir sobre seu destino”.

Logo, nesta fase do capitalismo, o Estado não intervém diretamente sobre as expressões da “questão social”. Neste período verifica-se a ausência de garantias assistenciais aos trabalhadores, a assistência fica relegada à filantropia e as respostas a esta problemática são estabelecidas através de medidas legislativas e/ou por meio da repressão direta.

Em suma, a “questão social” revela-se como uma problemática histórica determinada pelo traço próprio e peculiar do capitalismo, a contradição entre capital e trabalho, ou seja, a exploração. Logo, a existência da “questão social” e suas expressões são indissociáveis do modo de produção capitalista e seu fundamento, como já assinalamos, está contido na Lei Geral de Acumulação Capitalista. No capitalismo concorrencial o Estado não intervinha diretamente sobre suas expressões e a assistência ficava relegada a filantropia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que nas sociedades precedentes ao capitalismo, a existência da pobreza e da desigualdade social é decorrente da escassez e do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Com o aparecimento do sobreproduto do trabalho (excedente de produção), surgiu a alternativa da exploração do homem pelo homem, já que agora nem todos precisavam produzir. Logo, a partir da dissolução da comunidade primitiva, a sociedade divide-se em duas classes antagônicas, de um lado os proprietários dos meios de produção fundamentais que se apropriam do produto de trabalho e de outro, os produtores diretos, explorados por aqueles. Desta forma, podemos inferir que a raiz das classes sociais reside na propriedade privada.

Observamos também que com a dissolução do sistema feudal, estabeleceu-se uma fase de transição, denominada de pré-capitalista, que propiciou as bases para o aparecimento do capitalismo, na qual se operou a acumulação primitiva (ou originária) de capital. Nela, gestaram-se as condições histórico-sociais para o surgimento deste modo de produção, a saber, a acumulação de capital (concentração de riquezas), a liberação de mão de obra para a indústria nascente (instituição do trabalho assalariado) e a crescente divisão e especialização do trabalho que dão seus primeiros passos com a cooperação e se consolidam na grande indústria.

Além disso, constatamos que no âmbito produtivo, a subordinação do trabalho ao capital foi uma condição necessária para a existência da produção capitalista. Esse processo se iniciou com a cooperação e se consolidou na grande indústria com a subsunção real do trabalho ao capital. Podemos inferir que a introdução das máquinas no processo produtivo foi um elemento central para que o capital pudesse subsumir realmente o trabalho aos seus interesses – progressivamente o trabalhador vai perdendo espaço para as máquinas, tornando-se assim, apenas um acessório daquelas. Desta forma, na grande indústria, o trabalhador perde totalmente o controle sobre o processo de trabalho, assim verificamos a subsunção real do trabalho ao capital. Com isso, instaura-se o modo de produção especificamente capitalista.

O capitalismo consiste num modo de produção de mercadorias voltada para o lucro, suas relações sociais de produção baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. A sociedade capitalista esta dividida em duas classes fundamentais, de um lado os capitalistas (proprietários dos meios de produção) e de outro os trabalhadores (proprietários unicamente de suas forças de trabalho).

Ademais, esse modo de produção fundamenta-se na contradição capital-trabalho e na exploração da força de trabalho, sem as quais não seria possível a acumulação de capital. É através da exploração que o capitalista usurpa parte do valor produzido pelo trabalhador, e, mesmo que este receba um salário, esse quantum não equivale ao valor que ele produziu que é bem maior do que lhe é pago. Logo, quanto maior o desejo de acumulação, maior será a sua mais-valia e maior a exploração da força de trabalho.

Sendo assim, o desejo do capitalista é a obtenção, em proporção cada vez maior, de mais-valia. Logo, o capitalista busca expandir sua produção para acumular cada vez mais. A incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais na produção propicia o crescimento da produtividade do trabalho, com isto os trabalhadores passam a produzir mais em menos tempo, a tendência é a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, ampliando simultaneamente, o tempo de trabalho excedente.

Com o avanço da acumulação, pudemos observar uma mudança na composição orgânica do capital, a saber, o crescimento do capital constante (meios de produção) em detrimento do decréscimo do capital variável (força de trabalho), isso traz implicações diretas para a demanda de trabalho, já que, tem-se um crescimento absoluto da população trabalhadora e contraditoriamente uma redução dos seus meios de ocupação. Logo, a acumulação capitalista gera uma superpopulação relativa, ou seja, uma população trabalhadora supérflua às necessidades do capital. Desta forma, podemos inferir que a

superpopulação relativa é produto da dinâmica de acumulação do capital, pois ela deriva da reprodução ampliada (acumulação).

Conforme isto, depreende-se que a constituição do exército industrial de reserva é resultante da dinâmica histórico concreta do capitalismo. Embora não seja um produto da intenção consciente dos capitalistas, o contingente de trabalhadores excedentes pode ser mobilizado a qualquer momento para atender a demandas de empreendimentos capitalistas.

Historicamente, a gênese da “questão social” está relacionada ao processo de industrialização que ocorre na Inglaterra no final do século XVIII, e à luta e resistência do operariado diante das péssimas condições de vida e trabalho a que estava condicionado. Com efeito, a partir da grande indústria, tem-se o aumento da produção de mais-valia, considerada “substância da acumulação” e como já dissemos, a conseqüente transformação de trabalhadores em *força de trabalho excedente*, que por sua vez resulta na ampliação do desemprego e da pauperização a que estão submetidos os trabalhadores.

Ancorado na perspectiva crítica, entende-se que o significado histórico da “questão social” está intimamente relacionado ao processo de acumulação capitalista. Sendo assim, o seu fundamento teórico está contido na Lei Geral de Acumulação Capitalista, a qual traduz o processo de valorização de capital e a dinâmica da acumulação capitalista, responsáveis pela polarização da riqueza e pobreza.

A Lei Geral de Acumulação Capitalista, expressa a contradição existente neste modo de produção, ao evidenciar o caráter antagônico da acumulação, pois, enquanto em um polo gera-se a riqueza da classe dominante, no outro, conseqüentemente, produz-se a pobreza da classe trabalhadora, ou seja, reproduz-se uma acumulação de miséria relativa à acumulação do capital. Desta maneira, podemos inferir que a pobreza no capitalismo é inerente ao sistema de acumulação e esta é indissociável desse modo de produção.

Logo, as expressões imediatas da “questão social” e suas refrações (pobreza, fome, desemprego, precariedade das condições de moradia e de trabalho, doenças etc.) que são observadas no período de sua gênese, são intrínsecas a ordem econômico-social estabelecida. Portanto, podemos inferir que a desigualdade social, na sociedade capitalista, está intimamente vinculada a falta de emprego e a pobreza, sendo assim, é própria do capitalismo, já que nesta sociedade não é possível à efetivação do pleno emprego e a extinção da pobreza, pois, é inerente a lógica de produção/acumulação capitalista.

Assim, depreende-se que a existência da “questão social” e de suas expressões é inerente à organização econômico-social capitalista. Ao mesmo tempo, podemos dizer que esta problemática possui uma “dimensão política”, imanente à organização e à luta dos

trabalhadores e à intervenção do Estado sobre as suas expressões imediatas – como destacamos, na fase concorrencial do capitalismo, o Estado não intervinha diretamente sob as expressões da “questão social” através de políticas sociais, muitas vezes suas expressões eram tratadas como caso de polícia, por meio de medidas legislativas, ou ficavam relegadas à filantropia. Contudo, vale enfatizar que a supressão da “questão social” significaria consequentemente, o extermínio da sociedade comanda pelo capital.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a essência da “questão social” está diretamente relacionada à desigualdade resultante da contradição entre capital-trabalho, a qual é inerente ao capitalismo. Este fundamento ancorado na Teoria do valor-trabalho (Marx) nos leva a apreender que em distintas fases de desenvolvimento do capitalismo são produzidas e reproduzidas múltiplas manifestações da “questão social” de naturezas distintas. Porém, vale enfatizar que, para além das suas manifestações imediatas, a essência da “questão social” permanece a mesma, na medida em que a dinâmica da acumulação capitalista, ainda continua a nos desafiar, no século XXI.

REFERÊNCIAS

- BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social**: os limites à efetivação do direito. Revista *Katálysis*, Campo Grande, n. 4, p 2-11. 16 dez. 1999. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20706/1/ARTIGO_AssistenciaSocialLimites.pdf> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.
- CARCANHOLO, R. A. (org). **Capital: essência e aparência**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” na origem do capitalismo**: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social, 2006. 164f
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. **A formação do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. 24 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- LUPERI, Maurício. **A segunda negação do processo de trabalho**. São Paulo: FEA/USP, 2003. 71 p.
- MANDEL, Ernest. As origens econômicas da desigualdade social. In: **Introdução ao marxismo**. 4 ed. Porto Alegre: Editora Movimento, 1982. p. 16-20.
- MARANHÃO, C. H. A lei geral de acumulação capitalista e a complexa anatomia da “questão social”. In: BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). **Trabalho e seguridade social percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. L1. V.1. T. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro, Volume I, Tomo I. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

NETTO, José Paulo. As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social. In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-69.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social.” In: **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca básica de serviço social; v. 1).

TAVARES, Maria Augusta. **Acumulação, trabalho e desigualdades sociais**. In: CFESS/ CRESS. Coletânea Direitos Sociais e competências profissionais, 2009.

PIMENTEL, Edlene. **As bases ontológicas da questão social**. In: Boletim do tempo presente, n. 11, de 01 de 2016, p. 1-12. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente>> Acesso em: 18 de outubro de 2019.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social. In: **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6). p. 25-46.

SANTOS, E. P.; COSTA, G. M. da. Sobre as origens da Questão Social. Anais do **VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS /ABEPSS** – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJR. CD-ROM. Juiz de Fora, novembro de 2002.

SOUZA, O. M. de; MELO, J.J.P.; GOMES, R.W. F. **Da manufatura à maquinaria moderna**: a subsunção real do trabalho ao capital. Revista Labor, v. 1. n. 7, p. 65-78, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6706>> Acesso em: 11 de out. de 2012.